**1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 19ª LEGISLATURA**

**COORDENADORIA DE TAQUIGRAFIA DAS COMISSSÕES**

**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA PARA DEBATER A IMPLANTAÇÃO DO NOVO ENSINO MÉDIO EM SANTA CATARINA, REALIZADA NO DIA 12 DE DEZEMBRO DE 2019, ÀS 13H30MIN, NO PLENARINHO PAULO STUART WRIGHT, PALÁCIO BARRIGA-VERDE**

**A SRA. MESTRE DE CERIMÔNIAS (Cláudia Fraga da Silva)** — Autoridades presentes, senhoras e senhores, boa tarde. Sejam bem-vindos.

Nos termos do Regimento Interno do Poder Legislativo catarinense, damos início a este evento convocado pela Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Desporto da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, a excelentíssima senhora Deputada Estadual Luciane Carminatti, que tem por objetivo debater a implantação do Novo Ensino Médio em Santa Catarina.

Convidamos para compor a mesa as seguintes autoridades: a excelentíssima senhora Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Desporto da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, Deputada Estadual Luciane Carminatti; a senhora gerente de Educação do Ensino Médio e Profissional da Secretaria de Estado da Educação, Maria Tereza Hermes Cobra, representando o senhor Secretário; o senhor coordenador estadual do Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Santa Catarina (Sinte), Luiz Carlos Vieira; e o excelentíssimo senhor Deputado Federal Pedro Uczai. (*Palmas.*)

Neste momento, registramos a presença das seguintes autoridades: coordenador do Sinte, regional de São José, Ricardo Cunha; coordenador do Sinte, regional de Maravilha, Dalmir Tobias Borgheti; e diretor Sindical e de Formação do Sinte, regional de Criciúma, Juliano Carrer.

O Cerimonial convida a excelentíssima senhora Deputada Estadual Luciane Carminatti para proceder à abertura oficial desta audiência pública e presidir os trabalhos.

**A SRA. PRESIDENTE (Deputada Estadual Luciane Carminatti)** — Obrigada, Cláudia.

Boa tarde a todos e a todas.

Quero cumprimentar todos os meus colegas professores, as minhas colegas professoras que estão aqui, os dirigentes do Sinte. (*Cumprimenta os integrantes da mesa e demais presentes*.)

Nós vamos realizar esta audiência pública, mas antes eu quero contextualizar de onde veio a ideia de realizarmos esta audiência pública.

Com data do dia 14 de agosto nós recebemos um ofício, em nome do coordenador estadual à época, Aldoir José Kraemer, e do Sandro Luiz Cifuentes, Secretário-Geral, solicitando a realização de uma audiência pública para tratar do Ensino Médio em Santa Catarina. Depois dessa solicitação nós aprovamos a realização na Comissão de Educação, Cultura e Desporto no dia 4 de setembro, então logo em seguida, e do dia 4 de setembro até hoje fizemos várias tentativas para viabilizar a audiência. Já tínhamos a confirmação de outra data, por duas vezes tivemos que remanejá-la em função de orientações que ainda a Secretaria da Educação estava recebendo por parte do Ministério da Educação, e nós entendíamos que não havia sentido algum fazer uma audiência sem a presença da Secretaria da Educação.

Então houve um acordo também com o Sinte para que nós pudéssemos chegar nesta data, que foi a possível, não a ideal, já que estamos terminando o ano e temos a nominata das escolas que foram anunciadas, e na minha avaliação esta audiência deveria ter acontecido bem antes para que pudéssemos entender melhor todo esse processo.

Após essa consideração inicial, eu quero combinar com vocês o tempo de duração da nossa audiência. Eu sei que tem gente com problema de transporte, que tem aula à noite, então vamos trabalhar com o teto de 15h30min. É possível? Acho que dá para fazermos uma boa audiência pública. Nós vamos passar a palavra aos membros da mesa e, em seguida, abrir o microfone para questionamentos, dúvidas, pois o objetivo de todos nós é entender, mas também sugerir, fazer apontamentos, contribuições. Acho que os educadores têm esse direito.

Feito esse combinado, eu quero fazer algumas referências que dizem respeito ao tema do Ensino Médio.

Primeiro, quero destacar que nós temos uma legislação, e quando eu me refiro a essa legislação, eu me refiro em primeiro lugar ao Plano Nacional de Educação, que não pode ser esquecido. No Plano Nacional de Educação nós temos, no seu artigo 2º, quais são as diretrizes, bem precisas, para a construção da educação em nosso país. Destaco: erradicação do analfabetismo; universalização do atendimento escolar; superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação; melhoria da qualidade da educação; formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamentam a sociedade; promoção do princípio da gestão democrática na educação pública; promoção humanística, científica, cultural e tecnológica; estabelecimento de meta de aplicação dos investimentos em educação, o PIB, 10%; valorização dos profissionais da educação; e promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental.

Essas são diretrizes do Plano Nacional de Educação e do Plano Estadual, literalmente copiadas, reproduzidas. Então isso é o que norteia todo o debate de educação, inclusive o debate do Novo Ensino Médio.

Feita essa consideração, eu também quero chamar a atenção para o fato de como nós temos grandes desafios na educação. Quando nós olhamos os dados do Sul do Brasil – não vou abordar as outras regiões, porque elas são diferenciadas –, vemos que nós temos 20,8% dos professores sem formação adequada na sua área de atuação, com destaque para Química, Física e Matemática. Então nós temos um problema concreto, que é a não habilitação – esse dado de 20,8% é de 2018.

Mas tem um dado que eu acho que é muito mais forte em função do momento em que estamos vivendo. Embora nós vamos tratar aqui de um programa de Ensino Médio, ele está inserido nesse contexto, nessa conjuntura da educação. Incomoda-me muito o ataque aos professores, e estou aqui na Assembleia há nove anos e eu nunca vivi o que eu estou vivendo este ano. Todos os dias temos professor sendo perseguido, todos os dias, e não é perseguição político-partidária somente, às vezes é, às vezes não é, mas é sobre a concepção do entendimento, de conhecimento. Qual é o papel do professor? É não falar de diversidade, é não falar de desigualdade, que está lá nos princípios, é não estimular a gestão democrática, a participação; é não se colocar como sujeito, é um mero transmissor.

Então preocupa-me muito esse contexto que já está trazendo números gravíssimos, os quais eu trago aqui para vocês – são inclusive dados do MEC de 18 de setembro de 2019, publicados a partir das Diretrizes Curriculares Nacionais. Existe no Brasil uma verdadeira fuga de professores, nós temos mais professores se formando em diferentes áreas, mas que não exercem a função porque se sentem extremamente desrespeitados. A tese é a seguinte: associado a essa situação da fuga de professores nas diferentes áreas de atuação, junta-se a questão do baixo valor social dado ao professor no Brasil.

Tomando por base o último estudo de uma instituição reconhecida dedicada à melhoria da educação mundial, o Brasil ficou na última posição, ou seja, é o País que menos valoriza seus professores. Esse resultado se torna ainda mais preocupante se comparado ao do cenário global, que registrou uma melhora na percepção do *status* dos professores. Vale lembrar que na última edição da pesquisa, em 2013, e essa de 2018, o País ocupava a penúltima posição entre os 21 pesquisados. A avaliação, em 2018, foi realizada em 35 países acompanhando o piso e foram entrevistadas 1.000 pessoas entre 16 anos e 64 anos.

Se no *ranking* de prestígio geral o resultado não é bom para o Brasil, nos recortes específicos os dados também não são animadores. Menos de um em cada dez brasileiros acha que os alunos respeitam os seus professores em sala de aula. Também somos o último lugar no *ranking* mundial.

Para efeito de comparação, a China é o país com a melhor avaliação. Lá, ao contrário, 81% das pessoas acreditam que os docentes são respeitados pelos alunos. Lá, 81%, aqui 9%. O levantamento mostra ainda que 88% dos brasileiros consideram a profissão de professor como sendo de baixo *status*. O segundo pior lugar do *ranking* mundial, perdendo apenas para Israel, onde é 90%. Talvez por isso apenas um em cada cinco brasileiros, ou seja, 20%, incentivariam o filho a ser professor – a sétima pior posição global, enquanto que na Índia esse percentual é de 54%.

Eu trago esses números aqui para dizer que precisamos, dentro dessa construção social, entender que o professor não é um mero tarefeiro, ele é sujeito fundamental nessa construção e ele tem que ter o direito de falar, de se expressar, de se manifestar e de criticar também, sim. Assim como o seu trabalho está posto à crítica quando temos as notas do Ideb. Todo mundo expõe as notas do Ideb, olha para uma escola e diz assim: aqui não tem qualidade. Mas por que o professor não pode também expor a sua avaliação, o seu sentimento sobre a política educacional?

Então eu trago esse desafio, que é o Plano Nacional de Educação, transmitido aqui nas diretrizes e também nos dados que estão sendo coletados, e o nosso Plano Estadual de Educação, o nosso plano-lei, que também tem na Meta 3 uma série de questões remetida... Eu peguei a Meta 3 porque é do Ensino Médio, poderíamos aqui desdobrar para valorização, para gestão, para política de acesso, enfim. Não, é a Meta 3, porque ela trata da universalização do atendimento para toda a população dos 15 anos aos 17 anos e da elevação da taxa líquida de matrículas – essa é uma meta para 2016 e nós estamos no final de 2019, já 2020.

Essa Meta 3, dentro do Ensino Médio, traz o conceito de ciência, trabalho, linguagens, tecnologia, cultura e esporte; a importância dos movimentos culturais na escola, das práticas de criação e difusão cultural e desportiva. O Ensino Médio é também associado ao Ensino Profissionalizante, mas não só – olhem que a dimensão é muito completa, porque nós estamos falando aqui que o Ensino Médio não é só uma etapa, deslocada e final, ela é a continuidade de um processo de desenvolvimento humano que começa na primeira etapa, que é a Educação Infantil. Depois você tem o Ensino Fundamental e a última etapa da Educação Básica, já diz o termo, básica, a formação básica do ser humano, é o Ensino Médio.

Então, não é só o Ensino Médio profissionalizante. Dentro desse contexto é como que o Ensino Médio continua o processo de garantia dessa integralidade no desenvolvimento humano. E aí, é claro, entra todo o debate também das formas alternativas de educação. Nós temos a educação do campo, a educação quilombola, a educação indígena, tudo isso está dentro do Ensino Médio.

E fala também na Meta 3 da bolsa de estudos aos alunos da educação integral. Eu falava hoje para os professores, nós apresentamos uma emenda aqui, porque eu não tenho dúvidas de que se a prioridade é manter os alunos do Ensino Médio na escola, com ensino integral, tem que haver para alguns alunos trabalhadores, sim, uma alternativa de uma política de permanência, e talvez uma bolsa de estudo seja o que garanta a esse aluno ficar na escola.

Então, eu abro esta audiência trazendo esse comprometimento aqui, de que a gente olhe para o programa, mas considere todas essas questões que transitam e que são intersetoriais ao fato de termos um programa, novo ou não, vamos ver, do Novo Ensino Médio. Então, que a gente consiga discutir a partir disso.

Para terminar a minha manifestação, quero colocar três questões básicas: para a Secretaria da Educação, qual é o público-alvo? Qual é o corte para escolher essas escolas? Essa é a primeira pergunta. Por que essas e não outras? Essa é uma questão que eu quero trazer aqui. Qual é o papel do professor nesse Novo Ensino Médio? O que cabe a ele? Qual é o espaço da fala, do diálogo, da construção coletiva, da formação específica na área de atuação, porque ela é fundamental para que haja qualidade, pois o coletivo e o individual sempre se cruzam. E o que queremos dos alunos? O que nós esperamos desses alunos? Que eles concluam os estudos para quê? Só para universalizar o atendimento ou nós queremos mais? A partir dessas questões eu acho que também discutimos qual é a finalidade central dessa etapa da Educação Básica.

Nós combinamos que terias [*dirige-se à senhora Maria Tereza Hermes Cobra*] vinte minutos, que vai socializar com a Sirley a apresentação. Então depois da apresentação da SED vamos abrir espaço para o Vieira falar e na fala dele vocês podem se inscrever para se manifestar.

Eu quero fazer uma apresentação bem rápida aqui das regiões que estão presentes, quem é professor ou dirigente. Bem rápido, é só para dizer o nome, de onde é, se é ATP, se é AE, se é especialista, se é professor de sala, se é dirigente sindical. Só para termos um quadro aqui.

(*Os participantes se apresentam, citando o Município ao qual pertencem.*)

Vocês perceberam que temos um quadro de todo o Estado: temos a Secretaria da Educação aqui presente, vários dirigentes sindicais, professores, profissionais que atuam nas escolas, aposentados, os da ativa também e alunos.

Passo a palavra para a gerente de Educação do Ensino Médio e Profissional da Secretaria de Estado da Educação, Maria Tereza Hermes Cobra, por até vinte minutos. [*Transcrição: taquígrafo Eduardo Delvalhas dos Santos*]

**A SRA. MARIA TEREZA HERMES COBRA** — Boa tarde.

Eu estou atuando na Gerência de Educação do Ensino Médio e Profissional na Secretaria de Estado da Educação desde o mês de agosto e à frente de toda uma equipe para a construção desse projeto de Novo Ensino Médio, que é como vem sendo nominado pelo Ministério da Educação e que passará a ser inicialmente implementado a partir de 2020 em 120 escolas.

Eu cumprimento a Deputada Luciane Carminatti e agradeço a oportunidade; o professor Vieira, presidente do Sinte em Santa Catarina; e todos os colegas professores.

(*Utiliza a projeção de imagens para auxiliar a sua apresentação.*)

Para começarmos a conversa, nós trouxemos uma apresentação para mostrar o caminho percorrido desde 2013 até a presente data e como a Secretaria de Estado da Educação vem organizando a estruturação do Novo Ensino Médio. Para isso eu convido inicialmente a professora Sirley Damian de Medeiros, que é quem coordena o Ensino Médio no âmbito da Secretaria de Estado da Educação há alguns anos e que vivenciou essa trajetória, tendo muita legitimidade para poder contar, inclusive já respondendo a primeira pergunta da Deputada, de como foram indicadas e selecionadas as 120 escolas que implementarão o Novo Ensino Médio em 2020. A partir de orientações do MEC, a Sirley vai apresentar todo esse contexto.

Depois, então, eu apresento a estrutura que foi desenhada e que vem orientando as escolas nessa remodelagem.

**A SRA. SIRLEY DAMIAN DE MEDEIROS** — Boa tarde a todos.

Gostaria de inicialmente cumprimentar todos que estão nos acompanhando. É um prazer estar aqui para relatar a vocês um pouco da história do Ensino Médio em Santa Catarina.

Inicialmente eu me reporto à fala da professora e Deputada Luciane Carminatti, que coloca a Meta 3 do Plano Estadual de Educação, que seria a universalização do Ensino Médio e a elevação da taxa líquida de matrículas dos nossos jovens de 15 anos a 17 anos. Quero dizer que antes de 2013 nós tivemos algumas ações desenvolvidas em Santa Catarina, e eu cito em 2003 o início do nosso curso Ensino Médio Integrado e a Educação Profissional, o nosso Emiep, que já trabalha na linha da integração curricular; nós tivemos em 2009 o Ensino Médio Inovador, que também foi um programa que propunha a ampliação do tempo e a questão da integração curricular, que continuam na nossa rede, tanto o Emiep como o Ensino Médio Inovador. E com a portaria do Ministério em 2016, nós tivemos o início do Ensino Médio Integral em Tempo Integral em Santa Catarina, sendo implementado inicialmente em 2017 em 15 escolas, hoje nós estamos com 31 escolas.

Nesse movimento de reorganização do currículo do Ensino Médio houve muitas discussões nacionais e estaduais para tornar o Ensino Médio mais atrativo, adequado e coerente com as especificidades da nossa juventude, até para galgar esse acesso, essa permanência com qualidade do nosso jovem, nós estudamos, via Conselho Nacional de Educação, em algumas reuniões nacionais... E o início de tudo foi com o Projeto de Lei n° 6.840, do Deputado Reginaldo Lopes, que trabalhava a questão da reorganização curricular, do trabalho por áreas de conhecimento, da ampliação. Esse projeto era bem radical mesmo, todas as escolas em tempo integral, essa era a proposta.

Então as discussões começaram e nós tivemos uma mudança, porque estávamos na linha de programas, de ações pontuais e pensou-se em uma política de Ensino Médio para envolver todos os nossos jovens em Santa Catarina, das nossas 703 escolas de Ensino Médio. Foi feita uma discussão com base nesse projeto, que culminou com a Lei do Novo Ensino Médio em 2017, a Lei n° 13.415, que vocês devem conhecer, de fevereiro de 2017, que alterou a LDB em alguns artigos e focava na questão de trabalhar por áreas de conhecimento, fortalecendo os componentes curriculares das disciplinas, a integração curricular, a questão da parte flexível do currículo e os itinerários formativos. Um dos objetivos principais foi integrar à formação geral o Ensino Médio com a educação profissional. Por isso nós tivemos os cinco itinerários, as quatro áreas do conhecimento e o quinto que é o EPT que nós chamamos, que é a Educação Profissional e Técnica.

Lançada essa lei... antes da lei nós tivemos a BNCC, porque a última etapa da Educação Básica está dentro de um processo de toda a Educação Básica. Então em 2015 foi lançada a BNCC, em 2017 foi homologada essa lei e no final de 2017 foi homologada a BNCC da Educação Infantil e do Ensino Fundamental. Esse movimento foi em 2017.

Em 2018 o MEC lança uma portaria, a Portaria n° 649, que é a adesão ao Novo Ensino Médio – foi em agosto ou julho, meados de 2018. Esse movimento começou na Secretaria, nas Regionais de Educação, no sentido de saber quem poderia ser escola-piloto, como eram chamadas. Era critério da portaria que 30% deveriam ser escolas de Ensino Médio em Tempo Integral ou Ensino Médio Inovador. Então as escolas que já trabalhavam na linha da ampliação do tempo, já tinham uma experiência de integração curricular há alguns anos foram usadas como pontos focais, para serem as norteadoras, as que vão alavancar esse processo nas demais escolas. Há outros critérios, por exemplo, escolas de Ensino Médio noturno...

É uma diversidade, porque como elas seriam piloto, seria para nós termos essa experiência para as próximas, porque como é uma lei de 2017 que deu um prazo de cinco anos para toda a rede estar nessa proposta, então nós temos até 2022 para que essa proposta seja implantada na rede, nas 703 escolas. Em 2023 todas as escolas estarão no Novo Ensino Médio.

Então foi feito um levantamento, foi feito por adesão via Secretaria da Educação, Regional, elas mandaram ofício, nós temos todo esse movimento, foi feita uma webconferência depois da portaria, aproximadamente em outubro, foi feito todo um levantamento, veio via PDDE Interativo, porque tem uma plataforma do Ministério... Essas escolas recebem recurso via PDDE, que são recursos conforme a base de alunos do censo. Então em 2018 elas já fizeram essa adesão à plataforma e terminou o ano assim, fazendo adesão, nesse movimento. Em 2019 nós tivemos as orientações iniciais, em fevereiro e em maio fizemos mais uma webconferência, começou o movimento também da BNCC, conforme vocês estão acompanhando, porque a do Ensino Fundamental foi em 2017, mas a homologação do Ensino Médio foi no final de 2018. Então também constituímos uma equipe de redatores, de articuladores e professores da rede para iniciar a escrita do documento.

Em maio essa webconferência foi feita junto com as 120 escolas-piloto, com todas as escolas em função do documento, fizemos outros estudos, e no dia 14 de agosto foi realizada uma reunião técnica em Chapecó, com as 120 escolas, para apoiar as escolas, as regionais, foi dado o início do processo com mais substância, porque nós estávamos estudando o documento em conjunto com o Ministério da Educação. Depois nós tivemos uma reunião em Brasília, no Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed), no qual todas as Secretarias têm representantes, em número de quatro, e ele instituiu um grupo de trabalho, Frente de Currículo e Novo Ensino Médio. Nós entendemos que o currículo caminha junto com um Novo Ensino Médio, são as duas ações da construção do novo currículo, que tem a previsão para estar pronto em 2020. Depois irá para a consulta pública e os dois caminham juntos, o Novo Ensino Médio com a BNCC, com o currículo.

Então nós tivemos encontro em setembro e em novembro foi feito o primeiro encontro formativo com as 120 escolas, realizado aqui em Florianópolis, trazendo os coordenadores escolares e os coordenadores regionais das 120 escolas. Nós estamos em um processo bem intenso com a equipe, junto com as regionais e com as escolas, com as Propostas de Flexibilização Curricular, que nós chamamos de PFC. Então todas as escolas estão elaborando esse documento para receber o recurso, porque elas já receberam 20% da adesão e agora são mais 40% após a aprovação da PFC, e depois mais 40% quando começar a implementação em 2020. Então é mais ou menos nesse caminhar.

Eu quero ressaltar que antes era programa, e nós temos os programas, mas agora nós estamos instituindo o Ensino Médio que vai atender todos os alunos nessa proposta que a professora Maria Tereza vai completar, falando dos seus objetivos, da sua estrutura curricular e fazendo outras colocações.

Era mais ou menos essa a linha do tempo. Obrigada.

**A SRA. MARIA TEREZA HERMES COBRA** — Obrigada, Sirley.

O ano de 2018 foi um ano intensivo de estudos, de diálogo com os gestores, com os coordenadores pedagógicos das 120 escolas, dos professores que nelas atuam para todos estudarem os documentos legais, os documentos técnicos que orientam essa reestruturação.

Efetivamente, o que o Novo Ensino Médio trará para 2020? Nós temos uma orientação que está concentrada em ampliação do tempo do estudante na escola, flexibilização curricular e integração curricular. Esses são os três pilares que orientam o desenho do Novo Ensino Médio. No que se refere à ampliação da jornada do estudante, da oferta educacional na escola, nós temos a premissa de que hoje, em 200 dias letivos, 800 horas é o tempo, é a jornada do estudante na escola, e em cinco anos todas as escolas deverão ampliar minimamente essa jornada para 1.000 horas, então cresce anualmente a jornada do estudante de 800 horas para 1.000 horas no mínimo. A perspectiva é que em cinco anos, progressivamente, essa jornada anual seja de 1.400 horas.

E o que se vai fazer nessa jornada anual ampliada? Aí vem uma reorganização da composição curricular. Existem todos os parâmetros relacionados à formação básica geral do estudante, que integra todos os componentes curriculares em quatro áreas do conhecimento, e existe a parte flexível do currículo, chamada assim justamente porque os currículos que serão oferecidos em cada escola precisam ser dialogados com a comunidade educativa. É a comunidade educativa, constituída por pais, alunos, professores, mundo do trabalho, que em diálogo vai organizar, vai indicar qual o currículo, qual o itinerário formativo faz sentido para essa comunidade educativa.

Como isso se desdobra? Nós trouxemos aqui alguns elementos quando falamos da formação básica geral, que deve ter, conforme as orientações legais, ao longo dos três anos do Ensino Médio no máximo 1.800 horas. Então nós temos um currículo hoje de 3.000 horas em três séries do Ensino Médio, desculpe, de 2.700 horas com currículo básico geral. A partir da BNCC, a formação básica geral em três anos deverá ser de até 1.800 horas. Vocês vão nos perguntar: mas então nós temos perdas? Teríamos, se nós não tivéssemos a constituição do currículo flexível.

O currículo flexível, que é esse que precisa exprimir a vontade política, a vocação daquela escola, naquela comunidade, naquele contexto, deverá ter ao longo de três anos no mínimo 1.200 horas. Com isso, logo de saída a gente já traz um currículo no Novo Ensino Médio de 3.000 horas – crescemos 300 horas em relação as 2.700 horas que oferecemos hoje.

Nos itinerários formativos que iniciam, sim, na 1ª série, mas que são aprofundados na 2ª série e na 3ª série do Ensino Médio, o estudante vai poder optar dentre cinco itinerários formativos, todos eles com o mesmo valor, com a mesma complexidade, com necessidades apontadas por essa comunidade educativa. Então ele pode aprofundar um currículo no campo das linguagens e suas tecnologias, ou no campo da Matemática, ou no campo das ciências humanas e sociais aplicadas, ou no campo das ciências da natureza, ou no campo da formação técnica e profissional. Vocês podem me perguntar: mas como a gente faz isso em um Município que só tem uma escola de Ensino Médio? Essa pergunta nós também temos. Essa é a pergunta do Ensino Médio, dos gestores, dos coordenadores, dos professores.

Nós temos perspectivas relacionadas à conjugação de itinerários, nós temos perspectivas que o MEC começa a estudar agora. Como podemos oferecer a possibilidade de escolha em uma cidade que tem uma única escola do Ensino Médio ou que tem duas escolas do Ensino Médio? E como vencer as distâncias geográficas, como vencer uma série de questões? São perguntas de vocês, são perguntas nossas, são perguntas de toda a comunidade, e por isso a importância de discutirmos com a sociedade toda essa construção.

Então, como é que nós estamos, com base nessa orientação? Com uma formação básica geral de no máximo 1.800 horas e uma formação mínima de 1.200 horas no currículo flexível, como é que Santa Catarina está se estruturando? E apresentamos isso para as 120 escolas nessa reunião formativa ocorrida no mês de novembro e com elas dialogamos e já lançamos o que chamamos de versão 1.0 do documento orientativo para a implementação dessa modelagem.

Vejam só, nós desenhamos aqui (*aponta para a imagem*) a possibilidade de três matrizes curriculares. Hoje nós temos uma matriz curricular praticamente em todo Estado, com algumas variações. Nós temos a Matriz Curricular A, é assim que a gente vem nominando, e o que ela traz? Ela traz 3.000 horas de curso de Ensino Médio nas três séries do Ensino Médio, 1.000 horas no ano. Como é que isso se configura? Ela tem 800 horas de formação básica geral na 1ª série do Ensino Médio, que vai tendo uma progressiva redução para 600 horas e para 400 horas ao longo dos três anos. Mas ela traz um crescimento na carga horária flexível de 200 horas para 400 horas, até chegar a 600 horas, anualmente são 1.000 horas de Ensino Médio.

Isso já representa um desafio gigantesco para essas 120 escolas, porque eu tenho que compor uma oferta com mais 200 horas anuais, com uma carga horária semanal de 31 horas-aula semanais, sendo que atualmente a escola tem 25 horas-aula semanais. Pensem, tem um crescimento de 6 horas-aula semanais e, com isso, surgem os desafios de estrutura física, os desafios de transporte escolar, os desafios da alimentação escolar, e nós estamos em um esforço coordenado trabalhando para resolver cada uma dessas questões. Essa é a Matriz A, e nela a escola pode optar por ofertar essa jornada semanal em um único turno com 6 horas-aula diárias e um dia de 7 horas-aula, com direito a almoço, ou 5 horas-aula semanais diárias com um dia de 10 horas-aula semanais, um dia integral.

Então as escolas estão analisando junto com as comunidades quais são as suas possibilidades. Na verdade elas já fizeram essas análises e as matrículas já estão acontecendo, então nós tivemos dentre as 120 escolas, em torno de 60 escolas que optaram por essa oferta, na Matriz A.

Nós temos a Matriz B, escolas que já vão oferecer uma jornada semanal de 35 horas-aula. Isso significa que dois dias serão em tempo integral, elas já crescem na eletiva, nos componentes flexíveis para 320 horas anuais no primeiro ano. Então a escola que opta pela Matriz A tem 200 horas anuais de parte flexível e a que optou pela Matriz B tem 320 horas anuais de ofertas diferenciadas no currículo do Ensino Médio – e aqui nós temos em torno de 51 escolas que fizeram a opção pela Matriz B.

E nós temos a Matriz Curricular C, que tem uma carga horária em tempo integral de 50 horas-aula semanais, por quatro dias o estudante permanece 11 horas na escola, um dia da semana é trabalho com estudantes – nós já temos essa experiência em um programa que foi implementado há três anos, chamado de Ensino Médio em Tempo Integral, também vinculado a uma iniciativa do MEC, e nós temos nove escolas que optaram por essa matriz curricular. Então nós temos 800 horas de base comum e 800 horas de parte flexível que crescerá ao longo dos próximos três anos.

Como é que isso se organiza na matriz curricular? Nós temos na formação básica geral quatro áreas do conhecimento que integram os componentes curriculares eletivos. Vejam, nós precisaremos ter em 2020 essa formação básica geral de 800 horas, que é exatamente o que nós temos hoje na oferta do Ensino Médio em Santa Catarina; e nós temos um professor para cada componente curricular, com a mesma carga horária que nós temos no ano de 2019. Então nós temos 3 horas-aula de Matemática, 3 horas-aula de Língua Portuguesa, as mesmas 2 horas-aula de Física, Química, Biologia, Arte, Geografia; Filosofia é 1 hora-aula e Sociologia 2 horas-aula. Exatamente a matriz que nós temos nas escolas de Ensino Médio.

O que acresce? Acrescem nessa matriz 6 horas-aula, 2 horas-aula de projeto de vida, que será tratado como componente curricular em todas as matrizes, porque é o momento em que o estudante terá o apoio do professor para planejar o seu projeto de vida, inclusive a escolha do seu itinerário formativo ou dos itinerários formativos que ele vai percorrer ao longo da 2ª série e da 3ª série.

Nós temos mais dois componentes curriculares de 2 horas-aula cada, com a possibilidade de flexibilização. Na Matriz B isso cresce para 10 horas-aula e na Matriz C isso cresce para 25 horas-aula de componentes curriculares eletivos. E vocês vão me perguntar: como é feita essa construção, como isso foi organizado? Desde julho as escolas estão orientadas a reunir a sua comunidade educativa e estão construindo o que é chamado de Plano de Flexibilização Curricular. Eles fizeram as escutas e por meio delas as escolas identificaram o que é emergente em cada comunidade. Nós recebemos em torno de quinhentas manifestações das escolas em relação aos componentes curriculares eletivos e nós as categorizamos a partir das quatro grandes áreas do conhecimento, além de ciência e tecnologia e temas contemporâneos, e nós organizamos... Foram categorizadas 53 ofertas a partir das demandas que vieram da comunidade para a composição do currículo, da oferta flexível em cada uma das escolas.

Então, em linguagens e suas tecnologias nós temos as línguas estrangeiras, o Inglês faz parte da formação básica geral, é uma oferta obrigatória, mas para além do Inglês temos todas essas ofertas (*aponta para a imagem*) que vieram como demandas das escolas: produção textual, oratória, atividades esportivas, música, cultura, esporte; no campo da Matemática temos Matemática Aplicada, jogos de raciocínio lógico matemático, práticas laboratoriais; no campo das Ciências Sociais, Humanas e Aplicadas, temos aprofundamento de estudos em Filosofia, Sociologia, Geografia, estudos interdisciplinares; no campo da ciência e tecnologia temos educação tecnológica, informática, cultura digital, programação, uma série de outras questões e temas contemporâneos que são tratados transversalmente na BNCC, que aparecem aqui como componentes curriculares eletivos, educação financeira, fiscal, educação empreendedora, educação para o mundo do trabalho, projetos de intervenção, etc.

Finalizando, para apoiar o professor, todo professor terá 5 horas-aula de planejamento semanal. A gente recomenda que prioritariamente seja feito nas quintas-feiras, no período vespertino, para que a gente possa ir constituindo uma grande comunidade de aprendizagem e ampliar esse olhar, para que nesse momento de planejamento os professores, por área do conhecimento, possam sentar juntos para organizar os seus projetos de estudo e fazer as avaliações do processo.

Então, em síntese, é assim que está configurado o Novo Ensino Médio na implementação das 120 escolas a partir do próximo ano.

Desculpem-me pelo tempo usado.

**A SRA. PRESIDENTE (Deputada Estadual Luciane Carminatti)** — Obrigada, professora Maria Tereza.

Esse material vai ficar à disposição? Todos estão registrando o *e-mail* aqui na planilha? Depois podemos fornecer.

**A SRA. MARIA TEREZA HERMES COBRA** — É importante dizer que todas essas orientações estão contidas nesse documento público (*ininteligível*).

**A SRA. PRESIDENTE (Deputada Estadual Luciane Carminatti)** — No *site* da SED?

**A SRA. MARIA TEREZA HERMES COBRA** — Exatamente.

**A SRA. PRESIDENTE (Deputada Estadual Luciane Carminatti)** — *O.k*.

(*Manifestações simultâneas ininteligíveis.*)

*O.k*., então. Obrigada, professora.

Agora eu passo a palavra ao coordenador estadual do Sindicato dos Trabalhadores em Educação (Sinte), Luiz Carlos Vieira. E na fala do Vieira, quem desejar se manifestar peço que faça a sua inscrição com o Pedro.

**O SR. LUIZ CARLOS VIEIRA** — Boa tarde a todos e a todas, a todos os trabalhadores da educação aqui presentes.

Gostaria de agradecer a Deputada Luciane Carminatti, Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Desporto da Assembleia Legislativa, que acolheu essa demanda e proporcionou a realização desta audiência pública; gostaria de saudar também todos e todas da Secretaria da Educação e os funcionários desta Casa, da Assembleia Legislativa.

Nós temos muitas dúvidas sobre o projeto. Temos estudado ao longo do tempo e acompanhado todos os debates sobre a questão da reforma do Ensino Médio ou contrarreforma, como nós costumamos chamar, e nós queremos nos manifestar também em relação não somente ao que foi apresentado aqui, mas também queremos avaliar e colocar, publicizar, a nossa posição com relação ao Novo Ensino Médio.

Primeiro irei apenas pontuar algumas questões já debatidas por nós em vários seminários realizados no Estado de Santa Catarina, que o Sinte realizou em conjunto com os trabalhadores, por meio dos quais nós discutimos, colocamos as nossas dúvidas. E justamente esta audiência pública nós solicitamos para que pudéssemos esclarecer algumas dúvidas que tínhamos com relação ao projeto e de fato saber como o Estado de Santa Catarina e a Secretaria de Estado da Educação estão trabalhando e como pretendem implantar isso.

Então, vou começar pela questão da própria lei e da formulação da Lei 3.415, que é originária da Medida Provisória 746, da forma como ela foi colocada para a sociedade brasileira, o seu método antidemocrático que marca esse mecanismo de reforma. Essa ausência do debate social penso que deixa a desejar, porque milhões de brasileiros ficaram aquém dessa discussão, principalmente os trabalhadores. E em nossa opinião ele retira, de pronto, a legitimidade do projeto. Esse é o primeiro aspecto que aqui precisamos lembrar. [*Transcrição: Janis Joplin Zerwes Leite / Revisão: taquígrafa Siomara G. Videira*]

Segundo, uma questão importante nesta primeira fala são os limites da própria reforma, porque há um descompasso aqui. Não quero citar outras medidas que o governo federal tomou, mas quero apontar uma, que é a Emenda Constitucional 95, que suspendeu por duas décadas toda a vinculação constitucional dos recursos da União para a educação e vai congelar os investimentos sociais para esse período. Então nós estamos vivenciando uma fala até bonita de como deve ser implantado, e aqui parece tudo muito certinho, o processo histórico apresentado, porém o que percebemos é o contrário na questão do financiamento, de como será financiado. Esse é o segundo aspecto.

Outra questão importante e que não foi colocada aqui, e nós sabemos que para esse primeiro momento isso é importante, de onde vieram esses recursos para, além da propaganda governamental, além do endividamento estatal, promover essa antirreforma? Tudo isso foi aprovado, a Base Nacional Curricular trabalhou também, na nossa opinião, de forma antidemocrática, o processo não foi único – e nós sabemos que a educação não pode ser tratada de forma separada –, e hoje ainda temos problema, como foi falado aqui, com relação à Base Nacional. Parece uma falta de cientificidade na questão desse projeto, que se anuncia como inovador e revolucionário. Agora, sem contar o endividamento estatal, que foi de cerca de R$ 1,5 bilhão, que veio das agências financiadoras, e nós sabemos o motivo pelo qual veio... . Porque está embutido aqui, além de toda essa beleza, a questão flexível, e nós sabemos o que está lá também dentro da própria lei e o que a própria medida provisória trouxe.

Para nós essa medida, pela falta de debate como foi feita e pela forma autoritária com que foi tratada, temos que dizer que nós, do sindicato, os representantes dos trabalhadores da educação, os estudantes, inclusive os gestores públicos, que muitas vezes pregam e prezam pela qualidade na educação e chamam a atenção da sociedade para a questão educacional, também não pensou na população e de que forma essa população poderia participar desse processo.

Mas, enfim, houve toda uma construção nos anos e nas décadas anteriores sobre a questão da democratização da educação, sobre a participação popular, que não foi levada em consideração. Nós só temos uma posição diante das respostas que o governo não tem e que quem apresenta [a proposta] não tem, em nenhum lugar deste País, em nenhum Estado deste País, nem o MEC tem as respostas para algumas questões.

Aqui eu vou citar algumas das questões para que nós possamos ouvir aqueles que aqui estão, porque esta audiência pública tem como princípio ouvir.

Primeira questão é que da forma como foi apresentada aqui a proposta, o Ensino Médio não garante o acesso universal em tempo integral. Essa é a primeira coisa que nós constatamos aqui, seja da Matriz A, B ou C.

Segunda questão: nós temos certeza que não vamos atingir todas as matrículas na sua integralidade. Por quê? Porque a ampliação, como se diz, das matrículas vai surtir um efeito inverso – e visitando as escolas nós sabemos que a evasão, ao contrário da inclusão e do que está colocado aqui, vai se agravar. E isso será agravado, obviamente, no ensino superior.

Terceira: há uma exclusão ainda de outros estudantes do Ensino Fundamental. Por quê? Porque nós sabemos que hoje temos o Ensino Fundamental junto com o Ensino Médio em várias escolas de Santa Catarina, e para isso ser implantado necessita tirar de lá o Ensino Fundamental. Portanto, há um comprometimento desses estudantes do Ensino Fundamental, inclusive dos docentes, o que é outra questão e outro problema que nós temos que repensar.

Bom, essas são as informações que nós temos. Hoje nós estamos com 723 escolas, que foi o que a Secretaria apresentou e que deverá ser implementado, sendo que 120 fizeram a adesão, e a pergunta é: para onde irão os outros estudantes do Ensino Fundamental que estão nessas escolas? E os trabalhadores? É outra questão que nós precisamos responder.

A estrutura física. Nós sabemos como está a estrutura física das nossas escolas, é só perguntar para qualquer professor aqui. Nós estamos vivenciando isso, a Deputada também acompanha e sabe disso e nós não temos essa resposta. E não vai acontecer, gente, não é só pela questão do conteúdo, da aprendizagem dos estudantes, mas estou falando aqui da estrutura física, da situação em que se encontram as nossas escolas. É uma das questões que nós precisamos repensar.

Outra questão importante é que parece, parece – olhem bem a palavra que eu estou utilizando –, que nós vamos ter Escola Referência aqui, as 120 escolas optaram e parece que elas serão referência. A Escola Referência está sendo instalada em que local? Quais são os estudantes? A Deputada, no início da sua fala, já colocou uma pergunta: quem é o público? Então nós temos dificuldade. Será que são nas áreas as quais temos problemas sociais maiores ou não? Nós precisamos discutir isso e sabemos que esse é um problema que nós temos na rede. Santa Catarina é um exemplo disso, nós temos gente aqui de São Miguel do Oeste e outros aqui da Capital.

Outra questão que chama a nossa atenção e que nós discutimos é o seguinte: em muitos lugares, como diz ali no currículo flexível, quem vai trabalhar com isso nessas escolas? Essa é outra preocupação, porque o que nós estamos vendo e discutindo no Brasil é que fundações e organizações sociais de direito privado, em prejuízo ao público, vão assumir essa parte, e nós temos a nossa defesa da escola pública. E já estamos percebendo nas próprias leis orçamentárias que estão sendo aprovadas nos Estados como estão direcionando a questão do orçamento. Então, essa é uma preocupação. Sem contar – e o Deputado Pedro está aqui, a quem quero saudar, a gente faz o debate do Fundeb – que tem muita gente lutando para que dinheiro do Fundeb seja realocado, justamente para que a parte privada assuma o dinheiro público. Ou seja, o Estado está entregando para o privado parte do currículo flexível. Nós teremos a mercantilização da educação e a privatização, é isso o que está colocado. Hoje, de fato, o Estado tem estrutura de pessoal para atender isso que está colocado aqui, para ser colocado até 2023, como foi mencionado? Então são questões que nós estamos discutindo, mas parece que o público aqui está sendo deixado de lado.

Para concluir a minha manifestação, outro ponto importante a salientar: a gente percebe que esse programa e a reforma em si tem um atrelamento, essas políticas são irmãs da política do ajuste fiscal e da privatização. Um elemento importante aqui é que 57 % do currículo caberão ao Estado, a priori, dependendo como se constrói essa questão, a partir das 1.800 horas. De fato, as disciplinas obrigatórias estão ali e as prioritárias nós sabemos: Português e Matemática.

Uma outra questão que precisamos colocar aqui é que no Brasil temos uma quantidade de escolas enorme e Municípios que só têm uma escola, e Santa Catarina não é diferente. O meu Município tem só duas escolas, a cidade vizinha só uma. Portanto, nós não teremos vários currículos, vários itinerários. E aí, para aqueles que não quiserem, eu quero saber a resposta de como o Estado vai implementar essa questão.

Nós temos vários outros questionamentos para colocar, mas as razões que nos levaram a fazer esse debate é justamente pensar que, além dos níveis, das etapas e das modalidades, nós queremos garantir aquilo que a Deputada falou no início, que é o acesso e a permanência dos estudantes na escola pública.

Não queremos entregar a escola pública para o privado, porque esse modelo que está sendo colocado não é um modelo inventado no Brasil. Esse é um modelo internacional, forçado e colocado inclusive pela OCDE, pela OMC, por vários organismos internacionais, que tentam [privatizar] e já privatizaram a educação em vários países, a exemplo de El Salvador, Honduras e outros. Só muda o local, a política é a mesma, porque o sistema econômico é o mesmo. Portanto, lá é Língua Espanhola e Matemática, aqui é a língua local, que é o Português, e a Matemática, e empurrar para o [setor] privado.

Nós, daqui uns tempos, não se assustem se não fizermos a luta e o debate no sentido de que o Estado e seus representantes mudem de ideia, mudem de projeto, e aí vamos receber na escola os estudantes com os *vouchers*, com um vale, como acontece no Chile. Esse é o nosso destino. Não estamos aqui contra esse ou contra aquele, nós estamos aqui contra o sistema. Não podemos deixar acontecer o que já acontece com várias políticas, não só a do Ensino Médio, que vem sendo irmã de várias outras políticas pela retirada de direitos da sociedade brasileira e catarinense, porque está sendo feita aqui pela Secretaria da Educação.

É isso e nos ajudem no debate. Obrigado. (*Palmas*.)

**A SRA. PRESIDENTE (Deputada Estadual Luciane Carminatti) —** Obrigada, Vieira.

Eu quero convidar o professor e Deputado Federal Pedro Uczai para fazer parte desta mesa. O Pedro é um conhecido lutador da educação pública e está na Comissão de Educação da Câmara Federal, nosso parceiro na luta por mais recursos para a educação pública.

As inscrições foram encerradas na fala do Vieira, como eu havia informado. Nós temos dezesseis inscritos e por conta do horário teremos que ter falas com no máximo três minutos, e mesmo assim vamos extrapolar um pouco o tempo. Eu vou ser bem rígida com o tempo e se alguém se sentir contemplado na fala do colega anterior, não precisa fazer a sua fala, para que os integrantes da mesa também possam se manifestar.

Passo a palavra ao professor e conselheiro estadual do Sinte, regional de Chapecó, Jaques de Toledo.

**O SR. JAQUES DE TOLEDO** — Eu quero cumprimentar os integrantes da mesa e todos os colegas que estão aqui.

No início da fala da representante da Secretaria, eu achei até um pouco proposital citar o projeto do Reginaldo Lopes, porque se ele fosse aplicado na íntegra como foi pensado, o ensino integral seria totalmente diferente do Novo Ensino Médio que está sendo proposto.

Eu quero citar, como o Vieira já mencionou aqui, que a nossa educação, há muito tempo, está a serviço do capital, do sistema econômico e dos interesses mercadológicos. Não foi citado, pelo menos eu não observei isso, porque aqui foram apresentadas as Matrizes A, B e C apenas no primeiro ano, e eu como professor de Sociologia estou preocupado se eu vou ter aula no segundo ano, porque no primeiro ano eu tenho. Quer dizer, nem sei, porque eu sou ACT também, então a gente nunca sabe se tem aula.

Mas como estão sendo pensadas as Matrizes A, B e C para o segundo e terceiro anos e como estão sendo pensadas as parcerias público-privadas, principalmente no oferecimento da educação à distância? Esta é uma modalidade que tem crescido em todos os níveis educacionais e chegou à Educação Básica. Isso é preocupante, porque a cada dia que passa as empresas de educação à distância crescem em pequenos grupos e vão ser as possíveis parceiras desse Novo Ensino Médio, principalmente no cumprimento de uma parcela da grade pelo ensino à distância. Como vai se proceder e quais são as consequências desse investimento na modalidade também à distância?

**A SRA. PRESIDENTE (Deputada Estadual Luciane Carminatti)** – Vou pedir que você registre todas as questões para depois responder.

Passo a palavra para o professor e dirigente sindical do Sinte, regional de Chapecó, Oeliton Vieira Fortes.

**O SR. OELITON VIEIRA FORTES** - Boa tarde a todos e a todas.

O meu questionamento vai um pouco ao encontro do questionamento do professor Jaques e a preocupação que eu trago é de toda a categoria, que é a questão de como nós temos hoje, como está proposto na BNCC, como foi apresentado aqui para o primeiro ano e o que vamos ter de efetivo nisso. O que nós temos hoje em execução é uma determinada carga horária que possibilita ao nosso estudante adquirir determinados conhecimentos. Conforme a BNCC, nós teremos um limite de 1.800 horas obrigatórias nos três anos dessa etapa, logo isso reduz para 600 horas obrigatórias/ano do que temos hoje. Isso é uma perda. [*Transcrição: Grazielle da Silva*]

O que foi apresentado aqui está lindo e maravilhoso para o primeiro ano. Mas, efetivamente, em termos sequenciais, aqui não entrou ainda o EaD, eu não vi, aqui não ficou claro onde o EaD vai entrar, porque vai entrar; não entrou a questão da flexibilização no sentido de substituição daquelas disciplinas que nós temos hoje, de campos do conhecimento por técnico profissional. E esse estudante não vai mais ter a mesma qualidade formativa, não vai mais conseguir disputar de forma igual a vaga em uma universidade federal depois ou em uma universidade comunitária, não importa. A hora em que ele for fazer o vestibular, vai estar aquém em Filosofia, em Sociologia, em História, em Geografia e numa série de outras disciplinas.

Se olharmos, por exemplo, o que está acontecendo no Rio Grande do Sul, que poderia ser uma régua, porque é um fantasma que está aqui do nosso lado e pode daqui a pouco nos assolar, temos ali Física com uma aula no primeiro ano e depois não aparece mais. Isso é grave, isso vai contra os parâmetros nacionais e estaduais que estão colocados, de que nós temos que ter uma educação que possibilite vencer as desigualdades. O que está colocado é a possibilidade do contrário, de se aumentar os abismos.

É neste sentido a minha preocupação.

**A SRA. PRESIDENTE (Deputada Estadual Luciane Carminatti)** — Passo a palavra ao professor da Escola de Educação Básica Professor Ary Mascarenhas Passos, do Município de Itajaí, Tiago Mazzetti.

**O SR. TIAGO MAZZETTI** — Boa tarde a todos e a todas.

Eu sou professor de Sociologia em Itajaí e a minha fala será dividida em três pontos – eu vou tentar ser o mais breve possível.

O primeiro ponto: eu gostaria de fazer um convite ao jornalista da NSC, Renato Igor, que no jornal da manhã, no Bom Dia Santa Catarina, disse que nós, professores, precisávamos ser razoáveis quanto ao projeto de reforma da Previdência aqui em Santa Catarina.

Bom, eu gostaria de dizer para esse jornalista que, em primeiro lugar, nós estamos sem reposição salarial há um bom tempo, reposição salarial real, a carreira está totalmente achatada. E o prédio da Secretaria de Estado da Educação ainda está de pé, está lá, então nós estamos sendo bem razoáveis. Gostaria de deixar claro aqui para o jornalista Renato Igor. (*Palmas.*)

Outra coisa que ele falou também é que nós precisamos da reforma da Previdência para higienizar as contas públicas, para deixar as contas públicas saudáveis. No ano que vem eu vou trabalhar no [colégio] Paulo Bauer, lá em Itajaí, e se ele quiser assistir às minhas aulas do segundo ano – eu ensino sobre a dívida pública para os alunos e ensino o peso que isso tem na vida de todos nós, brasileiros –, vai aprender que a reforma da Previdência não é a única e não é a melhor forma. Quero deixar esse convite aqui para o jornalista Renato Igor para assistir às minhas aulas e aí ele vai aprender um pouquinho de economia política.

Outra coisa que eu queria falar aqui é sobre economia e educação. Gente, sem uma política econômica decente, tudo isso aí é ilusão.

Eu quero chamar a atenção para o que aconteceu no [colégio] Ary Mascarenhas Passos. Colocaram lá o Emiti, um projeto integral, só que os alunos vivem em uma comunidade extremamente pobre, as famílias precisam que esses alunos, que esses jovens trabalhem. E o que aconteceu? Nós tivemos uma debandada da escola e a quantidade de alunos se reduziu drasticamente durante o ano. Então, nós começamos com duas turmas, quase trinta alunos nas duas turmas, e estamos terminando o ano com uma turma de vinte alunos. E aí como é que nós vamos fazer projeto de vida, disciplina de projeto de vida, se nós vivemos em um País onde a renda está caindo vertiginosamente?

Então, sem uma política econômica decente nós não vamos conseguir. E política econômica decente leia-se intervenção do Estado na economia, nada de neoliberalismo. Imposto progressivo, intervenção pontual e planejada do Estado na economia e com participação popular, senão tudo isso aí é ilusão.

Obrigado. (*Palmas.*)

**A SRA. PRESIDENTE (Deputada Estadual Luciane Carminatti)** — Passo a palavra para a senhora assistente técnico-pedagógica e dirigente sindical do Sinte, Vera Lucia Freitas.

**A SRA. VERA LUCIA FREITAS** — Eu quero dizer que todas as pessoas que estão aqui representam cada professor que ficou hoje lá na escola em virtude das suas atividades, como fechando nota, enfim, a correria que é no final do ano.

Mas eu quero aqui fazer uma denúncia: de fato esse Novo Ensino Médio não está sendo discutido com toda a comunidade. Às vezes o gestor vê ali a possibilidade de vir uma verba para a sua unidade escolar e garantir melhorias, e ele fica bastante envolvido e dedicado em querer esse Novo Ensino Médio. Aquilo que o Vieira falou, de fato tudo o que ele pontuou é o que temos que levar para o nosso chão da escola, para a sala de aula e para a comunidade. Eu pergunto: para quem vai toda essa infraestrutura? Vai, sim, para o privado, e a verba tem que ser para a educação pública e não para o [setor] privado.

Eu tinha até feito um rascunho aqui, mas fiquei bem preocupada quando vi que um aluno de 14 anos decide que quer aquela área de conhecimento. Eu não vi outras áreas de conhecimento, além da linguagem, terem tanta, vamos dizer assim, votação para acontecer. Como é que vai ser quando esse aluno terminar o Ensino Médio na área em que ele vai atuar? Como vai ficar a sociedade sem esse acadêmico naquela área? Quem vai perder não é só esse estudante, mas toda a sociedade.

Eu gostaria que vocês me falassem um pouco sobre as possibilidades desse estudante do Ensino Médio, se ele ficar só ali nas áreas das linguagens.

**A SRA. PRESIDENTE (Deputada Estadual Luciane Carminatti)** — Passo a palavra para a senhora professora e integrante do Sinte, regional de Maravilha, Katiane Weschenfelder.

**A SRA. KATIANE WESCHENFELDER** — Boa tarde a todos.

Eu gostaria de fazer um comentário a respeito da questão da evasão escolar que acontece principalmente no Ensino Médio, e com esse Novo Ensino Médio que se apresenta a minha preocupação aumenta.

Uma das coisas que precisamos urgentemente desmistificar é que o Ensino Médio tem baixa qualidade. Pode até ter, mas nós, professores, fazemos o máximo. Falta-nos material... Eu sou professora de Educação Física e a minha escola há mais de dez anos não recebe material de Educação Física, então eu não tenho material para trabalhar com alta qualidade. Se eu não comprar, se a minha escola não tirar dinheiro da APP e se não fizer milagre, não tem. Essa questão da qualidade de ensino ser jogada para nós, professores, não pode ser, precisamos desmistificar isso e é urgente. Também precisamos debater outras questões que fazem a evasão escolar ser um caso grave, que é a falta de políticas públicas para os nossos alunos.

Muitas vezes nós não temos alunos que venham bem alimentados para a escola, eles saem dos seus locais de trabalho e vêm direto para a escola à noite. Agora foi antecipado, antes começava às 19h, agora começa às 18h45min, ou seja, eles vêm antes ainda para a escola, foi tirado mais um pouquinho do tempo que eles tinham para se alimentar. Existem outros aspectos envolvidos: a infraestrutura inadequada, que eu já comentei; currículo engessado muitas vezes, e ele vem de novo engessado; falta de laboratórios e bibliotecas; espaços para a educação física inadequados; carência para as atividades culturais, não tem auditório, não tem biblioteca... Pasmem, não tem biblioteca numa escola. As nossas escolas não têm biblioteca, e quando tem, o aluno tem que se organizar com um professor que se dispõe a fazer a troca de livros, não tem alguém que trabalhe nesse ambiente, e isso quando a escola oferece [biblioteca]. E quando oferece, a maioria dos livros que está lá está desatualizada, que a comunidade escolar junta através de doações e coloca na biblioteca para os nossos alunos lerem.

Outra questão que a gente precisa levar em consideração sobre a evasão escolar é que a maioria dos nossos alunos trabalha para ajudar a sustentar as suas famílias. Tirando a educação noturna, isso vai aumentar a evasão escolar, e nós não precisamos aumentar, nós precisamos diminuir. Da forma como se apresenta, como os colegas já falaram, é bonito, é interessante, até parece que vai funcionar, mas quem está lá nas escolas e conhece a realidade dos alunos, da comunidade escolar, sabe que isso aqui é balela, desculpem a expressão, mas não vai funcionar, é balela.

As nossas escolas, os nossos alunos não foram ouvidos. Onde teve essas audiências públicas nas 120 escolas, o nosso sindicato foi impedido de entrar em algumas delas quando se fez presente. Portões fechados. (*Palmas.*) Nós recebemos portões fechados na nossa cara. E nós, que estamos participando dessas audiências e desses estudos, teríamos condições de orientar os pais dos alunos e os alunos, mas não, não nos deixaram falar.

Então, por que tanto medo? Por que o medo de que a gente oriente os pais? (*Palmas.*)

**A SRA. PRESIDENTE (Deputada Estadual Luciane Carminatti)** — Passo a palavra para o professor e coordenador do Sinte, regional de São José, Ricardo Cunha.

**O SR. RICARDO CUNHA** — Boa tarde.

Sobre a questão da evasão, a professora colocou uma parte do que eu ia falar agora. Para os alunos e as alunas que trabalham, aumentou a carga horária. “Maravilhoso”, já se faz mais uma seleção com recursos públicos: onde eles vão estudar? Quem trabalha à tarde vai ficar no percurso, no itinerário formativo em que hora? Em que horário? Aumentou quantas horas? Vai para 31 horas-aula durante a semana, e esses jovens que estão trabalhando, nesse momento econômico “maravilhoso” que estamos vivendo, para onde eles vão? Vão para o Ceja? Para o noturno? O Ceja vai ser à distância, 80% do currículo à distância, quem é que vai dar essas aulas para os nossos alunos?

Eu também não vejo inclusão, como todo mundo aqui já falou, não consigo perceber. Gostaria que alguém colocasse algo que me fizesse ver essa inclusão com o recurso público, que não fosse drenagem de recurso público para empresa privada ou para institutos ligados a empresas privadas darem essas aulas à distância. Aonde os filhos dos trabalhadores e das trabalhadoras, que trabalham, vão se enquadrar nesse momento, nesse Ensino Médio? É muito preocupante.

Assumi a coordenação em julho, junto com os outros integrantes da nossa coordenação, aqui da Regional de São José, são mais de setenta escolas e Apaes e na nossa regional abrange dez Municípios. Estão aqui, a comunidade do Garcia está lutando que vai fechar uma escola, os alunos do 9º ano vão para onde? Andar 60 quilômetros, 70 quilômetros de estrada de terra para estudar em uma escola? Vocês acham que eles vão estudar ou vão trabalhar?

É realmente de se indignar com o que está sendo apresentado aqui. Não tenho palavras para descrever, estou muito triste, muito chateado e nós temos que lutar, porque é impossível aceitar isso, querem nos enquadrar em uma planilha? Que diversidade é essa? É selecionar as nossas crianças, os nossos adolescentes pela questão financeira. Quem pode estudar em turno integral? Vejam o [colégio] Dom Jaime, no Sul da Ilha, são mais de cem alunos, virou piada, só o filho da diretora não saiu, foram parar na escola Jovem do Sul da Ilha. Que coisa é essa, gente? Perdoem-me o desabafo, mas realmente é de se indignar com o que está acontecendo.

Eu queria uma resposta: quem vai dar essas aulas para o ensino noturno? Para a EJA? E nominal, porque eu não ouvi falar que vai ter o currículo. Eu quero saber quem vai dar essas aulas nos nossos lugares? Não vai ter mais ACT? Mas não porque vamos ser contratados por concurso, é porque não vai ter aula para darmos.

Desculpem-me, mas... (*Palmas.*)

**A SRA. PRESIDENTE (Deputada Estadual Luciane Carminatti)** — Obrigada.

Passo a palavra para a professora e dirigente do Sinte/SC, Cássia Regina da Costa.

**A SRA. CÁSSIA REGINA DA COSTA** — Boa tarde a todas e a todos.

Eu estou bem feliz, porque muitos comentários que surgiram aqui são da leitura do documento norteador da BNCC. Os professores aqui estão entendendo muito bem o que é a BNCC do Ensino Médio. Ainda está sendo discutido o currículo, então existe a preocupação de que vamos implantar uma coisa que ainda está sendo discutida.

Ficou claro que existem muitas incertezas, mas a coisa que mais me preocupa — e acho que preocupa a maioria aqui — é que nós temos 3.000 horas... Façam a conta comigo, nós temos 1.800 horas que vão ser da base comum, hoje só a base comum são 2.400 horas. Então nós vamos ter uma drástica diminuição de tempo. Ah, mas tem os itinerários formativos. Gente, a composição dos temas dentro dos itinerários formativos não vai contemplar todos os professores que estão na escola, e esses cinco itinerários que estão presentes, até onde eu sei, as escolas tiveram a opção de escolher dois itinerários formativos por escola, tem escola que tem um só.

Eu sou professora de Filosofia, que aparece uma vez só, e pelo que eu percebo vai continuar por aí, mas na escola onde eu trabalho digamos que o itinerário formativo não contemple a área de Ciências Sociais Aplicadas. Eu vou dar uma aula no Ensino Médio no 1º ano, não sabemos como fica a matriz do 2º e do 3º anos, e isso é uma coisa que me preocupa muito. Como você começa a implementar um Ensino Médio, inovador, sem saber qual vai ser a matriz do 2º e do 3º anos? É claro que os professores estão inseguros, o que vai acontecer com o futuro desses professores?

Eu não tenho na minha escola Ciências Sociais Aplicadas, então eu vou trabalhar Filosofia só na base comum. Opa! Espera aí! Na base comum são só 1.800 horas, lembrando que dessas 1.800 horas, as disciplinas que têm obrigatoriedade nos três anos são Português e Matemática, e está na BNCC, e Língua Estrangeira, Inglês, em um dos três anos. Então é muito legal que todo mundo aqui está sabendo disso e ninguém comentou também a questão da porcentagem do ensino à distância, mas está na BNCC sim. Temos a possibilidade, está lá no documento, são 20% no matutino e vespertino, 30% no noturno e 80% na Educação de Jovens e Adultos. Estamos atentos a isso, não apareceu aqui essa fala, mas todo mundo tem que saber disso. É preocupante.

E outra questão que me preocupa muito é essa da carga horária e a questão desses institutos que estão presentes na escola já faz algum tempo, e é dinheiro público indo para instituição privada, como o Instituto (*ininteligível*), o Instituto Natura.

Para finalizar a minha participação, quero dizer que uma coisa muito preocupante também é a questão do transporte escolar. Temos que tomar muito cuidado com isso, porque se não estiver à disposição o Ensino Médio em determinado Município, o aluno não terá a possibilidade de escolha - tem escola lá no oeste que é uma de Ensino Médio por Município, e o aluno não vai poder escolher. Como ele vai fazer para ir para outro lugar? Temos que nos preocupar, porque a questão da evasão é prática, é transporte escolar, é a questão do trabalhador.

Bom, eu vou concluir por aqui, senão vão aparecer muitas questões. Mas é principalmente a questão da carga horária.

Obrigada. (*Palmas.*)

**A SRA. PRESIDENTE (Deputada Estadual Luciane Carminatti)** — Passo a palavra ao Marciel Lemos, da EEC Araújo Figueiredo, do Município de Urubici.

**O SR. MARCIEL LEMOS** — Boa tarde a todos.

A minha colocação acho que é uma dúvida de muitos colegas aqui. Eu escolhi as aulas essa semana e lá na minha escola nós teríamos apenas cinco planejamentos. Porém, ainda não acabou o Ensino Médio Inovador. Então, como será o planejamento do Inovador? Serão dois dias diferentes? Então serão dez planejamentos e não apenas cinco, como foi citado aqui?

Como há apenas o Novo Ensino Médio, nós temos que pegar o Novo Ensino Médio, o Ensino Médio Inovador e também o Fundamental. Como ficará essa situação em relação aos planejamentos? Serão apenas cinco? Serão em dois dias diferentes? A senhora citou que seria bom que fizéssemos na quinta-feira à tarde, mas quando será o Inovador? Serão pagos outros planejamentos? Serão apenas cinco? É uma dúvida que até agora não foi esclarecida.

Obrigado.

**A SRA. PRESIDENTE (Deputada Estadual Luciane Carminatti)** — O.k., Marciel.

Passo a palavra para o senhor professor e integrante do Sinte/SC, Thiago Guckert Zelazowski.

**O SR. THIAGO GUCKERT** **ZELAZOWSKI** — Boa tarde a todos.

A minha grande preocupação é a questão do financiamento do Novo Ensino Médio. Nas escolas nas quais eu trabalhei nós tínhamos o Ensino Médio Inovador e, na outra escola que eu trabalho, o Emiti; elas tinham recursos garantidos e fomos fazer um estudo dos recursos que vem para o Novo Ensino Médio, e não tem dinheiro novo. Como vamos fazer o projeto de vida sem dinheiro? Como vamos trabalhar a parte tecnológica sem salas de informática, sem material nos laboratórios, sem esse dinheiro? [*Transcrição: Camila Letícia de Moraes / Revisão: Clovis Pires da Silva*]

Lá na escola que eu trabalho vai ser [destinado] para o Novo Ensino Médio R$ 56 mil. O programa antigo, que é o Ensino Médio Inovador, tinha mais dinheiro do que o do Novo Ensino Médio. Então é uma grande preocupação. A gente vê que é muito bonito ali nos *slides*, mas sem recursos a gente não consegue fazer inovação, não consegue sair com os alunos. Até veio dinheiro do Emiti, houve bastante inovação, mas vai acabar, vão ter mais dois anos e ele vai acabar porque simplesmente se mudou o modelo e querem implantar esse Novo Ensino Médio sem as escolhas reais que as escolas precisam.

Então a minha preocupação é esta: como vai ser o financiamento do Novo Ensino Médio?

**A SRA. PRESIDENTE (Deputada Estadual Luciane Carminatti)** — O.k.

Passo a palavra para a Janete Jane da Silva, de Criciúma.

**A SRA. JANETE** **JANE DA SILVA** — Boa tarde a todos.

Eu sou meio provocadora na minha fala, então já vou pedindo desculpas pelas provocações aqui.

Todos aqui, ao se apresentarem, disseram seus Municípios e que eram professor, e eu vi todos os professores e todos os alunos aqui. Aí a pergunta vai para a diretora de Ensino Médio da SED, a Maria Tereza: qual a sua escola, professora, a escola pública estadual onde você trabalhou? É importante a gente saber se a professora já foi do chão da escola, como todos nós.

Eu sou professora aposentada, trabalhei trinta anos na rede pública estadual, só. Então eu passei por todas essas transformações que o Ensino Médio passou. Já teve reordenamento e eu passei [por isso], minha escola está lá sem alunos porque as outras escolas em torno da minha não podiam ter Ensino Médio. Aí abriram Ensino Médio nas outras e não deixaram nós abrirmos o Ensino Fundamental. Então os professores da minha escola sofrem até hoje por conta disso.

E aí vêm os que eu chamo de “*illuminatis*”, que são aqueles que nunca frequentaram um chão de escola, estão lá em cima, e resolvem lá de cima jogar para nós, no chão da escola, que temos que resolver o problema da evasão. Esse problema não é nosso, é dos “*illuminatis*”, que cada vez vêm com uma história diferente para nós: é o Ensino Médio Inovador, é o Ensino Médio Integral. Aí vêm com promessa e as escolas se animam: vamos abrir o Ensino Médio Integral. Vem dinheiro? Vem no primeiro semestre, depois morre. Aí a escola e o professor para dar aula têm que se virar nos 30, se vira nos 30 agora agora para dar aula para o seu aluno, porque não tem mais aquilo tudo que prometeram, porque todo mundo some, todo mundo some. E acontece o que está acontecendo hoje.

Eu sou muito cética, eu não acredito mais em governos. Eu não acredito mais nos “*illuminatis*”. Vai sobrar, sim, para nós, professores, e para o coitado do nosso aluno, porque disseram aqui para nós que nós temos que tornar o Ensino Médio mais atrativo. Bota uma banda lá na escola que a torna bem atrativa, bota uma banda (*palmas*), só falta uma banda, porque não tem o que a tornar atrativa. O nosso aluno não sabe para que lado vai e muito menos o professor.

As questões pedagógicas, nem se fala! Como já falaram aqui, as escolas estão caindo, elas estão horríveis, professor, acho que você não conhece a maioria das escolas públicas estaduais, eu conheço, o Sinte dá essa oportunidade para nós conhecermos, elas estão caindo. Aí vocês vêm falar que vai ter esporte. Onde? Os ginásios estão interditados! Vai ter esporte onde? Na rua? No chão? É isso que vai ter?

(*Manifestação fora do microfone ininteligível.*)

Gente, no papel é tudo bonito. Você pega o papel, ele vale tudo. Mas a prática... Aí o governo diz que não tem dinheiro. Vão tirar dinheiro de onde para aplicar em tudo isso que vocês querem? Porque vocês nem dão um reajuste decente para nós, uma categoria que está doente (*palmas*), tem professor aposentado doente, professor, e vocês vêm falar que querem fazer isso aí? Com que dinheiro? Vocês não têm! Não se tem dinheiro para fazer educação de qualidade que este País e este Estado precisam, mas o governo tem dinheiro para muita coisa.

Toda vida a culpa é nossa. A reforma da Previdência tem que acontecer porque nós somos os culpados, mas não somos só nós. Nós pagamos, durante o período que trabalhamos, para ter a nossa aposentadoria. Ninguém aqui se aposenta de graça ou o governo deu de graça para qualquer um de nós.

Eu, sinceramente, tinha dito para mim mesma − eu estou aposentada, tenho trinta anos de Magistério em sala de aula, chão de escola − que não viria mais em nenhuma audiência pública, Deputada, desculpe-me, mas eu não viria mais ouvir nada, porque nada do que vocês falem para mim, que tenho vivência de luta, de greve, de apanhar nesta Assembleia Legislativa... [O ano] 2015 ainda bate aqui para nós, o nosso plano de carreira. E aí vocês vêm com promessas mirabolantes, um Secretário que não é da educação vem dizer coisas para nós, mas nem sabe o que está dizendo. É Deputado que vai perseguir professor em sala de aula, não deixam nem a gente trabalhar direito. Com esse salário miserável, nós ainda temos que aguentar esses Deputados que nunca foram para uma sala de aula dizerem o que eu tenho que dizer como professora de Biologia. Eu não tenho mais condições.

Então a pergunta que não quer calar: para tudo isso bonitinho nas escolas que estão caindo aos pedaços, de onde vocês vão ter dinheiro? Se vocês têm dinheiro para aplicar o que vocês querem... Porque ninguém debateu esse Novo Ensino Médio, vocês inventam essas palavras e continua tudo do mesmo jeito. Vocês mandam a gente fazer o diário *on-line*, mas tiram a sala de informática...

**A SRA. PRESIDENTE (Deputada Estadual Luciane Carminatti)** — *O.k.*, Janete, já se passaram cinco minutos. Tem mais gente inscrita, vamos lá.

**A SRA. JANETE** **JANE DA SILVA** — Então só vou finalizar. Eu quero dizer: se tem dinheiro para aplicar isso, tem dinheiro para o professor da rede pública estadual. (*Palmas.*)

**A SRA. PRESIDENTE (Deputada Estadual Luciane Carminatti)** — Passo a palavra para o senhor Jean Carlos Lemos, integrante do Sinte, regional de Xanxerê.

**O SR. JEAN CARLOS LEMOS** — Em Xanxerê fizemos uma audiência sobre o Ensino Médio puxada pelo Sinte no encontro das regionais e saíram vários questionamentos. Então os professores estão pedindo: como vamos iniciar um ano letivo se sequer tem uma matriz curricular sem a aprovação do Conselho Estadual de Educação? Porque só tem a do 1º ano, não tem a do 2º ano e a do 3º ano, como já falaram aqui.

Outra coisa: com relação à flexibilização, quais as parcerias que o governo tem feito com a educação técnica e profissional? Qual o valor estimado e orçado? Vamos usar da fonte de recursos do Fundeb para isso? Os investimentos para o Novo Ensino Médio são permanentes? Os recursos estão orçados para quanto tempo? São vários os questionamentos que a gente tem feito.

Quando vocês falam que foi feito um estudo com os alunos e tal, temos professores da Escola Gomes Carneiro, de Xaxim, uma das adeptas do Novo Ensino Médio, que comentaram que lá que foram feitos questionamentos aos pais e aos alunos, mas que os questionamentos eram todos direcionados a favor do Novo Ensino Médio, com um viés que o pai e o aluno respondessem a favor do Novo Ensino Médio. Então não foi um questionamento imparcial, foi um questionamento parcial a favor do Novo Ensino Médio. Daí é fácil, não é?

Eu gostaria de perguntar se o Comandante Moisés, se o Natalino, se o Eduardo Deschamps, que é um dos que está organizando esse Novo Ensino Médio, se eles vão colocar os seus filhos nas escolas públicas de Ensino Médio (*palmas*). Se é tão bom, não é, Deputada... Eu conheço a Deputada e sei que seus três filhos estudam em escola pública, mas eu gostaria de saber de vocês: se é tão bom assim, vocês colocariam seus filhos para estudar numa escola de Ensino Médio, dessas que estão planejando?

(*Oradora não identificada manifesta-se fora do microfone: “Não”.*)

O que a gente percebe é que esse governo neoliberal, como todo mundo está colocando aqui, quer segregar. Eles querem formar o trabalhador, o filho do trabalhador, o aluno de escola pública para o mercado de trabalho técnico-profissionalizante, para sair da escola e ir para o mercado de trabalho ser um caixa de supermercado, ser um trabalhador do frigorífico que vai trabalhar no corte, no abate das aves — que é mais da nossa região —, ser um trabalhador nas mineradoras de carvão lá no sul, não oportunizando ou dificultando esse acesso à universidade, acesso que a maioria de nós aqui teve ao cursar uma graduação, ao escolher o que queríamos ser, de ter conhecimento igualitário aos demais na questão da BNCC para prestar o vestibular com igualdade aos demais.

Então esses são os nossos questionamentos, as nossas afirmações e fica aqui a nossa reivindicação.

Obrigado. (*Palmas.*)

**A SRA. PRESIDENTE (Deputada Estadual Luciane Carminatti)** — *O.k.*

Passo a palavra para o Daniel Swobada Murialdo, integrante do Sinte/SC.

**O SR. DANIEL SWOBADA MURIALDO** — Boa tarde, companheiros.

Eu vou ser breve, já fui contemplado pela fala dos companheiros. Só queria fazer um comentário sobre a fala da colega: não houve debate da reforma do Ensino Médio na BNCC, gente, isso não existiu. Nós recebemos duas vezes documentos enormes, o último, acho que tinha quatrocentas páginas para discutir de um dia para o outro. Isso não existe. Em nenhum momento chamaram os profissionais da educação para discutir a formulação ou para saber a quantas andava o Ensino Médio, a qualidade da nossa educação. Esse debate não houve.

O que houve foi chamar 120 escolas para discutir se vão implementar ou não [o Ensino]. Não se discute a educação de um Estado em 120 escolas, discute-se com a comunidade, com os pais, com os professores e com os estudantes. Os estudantes aqui, eu tenho quase certeza, se tiveram acesso à BNCC e à reforma do Ensino Médio, foi porque os professores, muito provavelmente, fizeram em sala de aula.

De forma mais pontual, gente, gostaria de saber — e aí quero reforçar o que a colega colocou — como vai ficar com a redução da carga horária, que está prevista lá, as aulas no 2º ano e do 3º ano? Vai estar garantida a carga do professor? E não é só das horas, é a carga mínima para a gente sobreviver — e só sobreviver —, que são as 40 horas, isso quem tem hoje as 40 horas, não é? Então acho que isso tem que ser discutido também.

Como vai ficar o Cedeps, que são as escolas técnicas do Estado hoje? Se a ideia é adotar em todas as escolas, como ficarão as escolas técnicas? Inclusive em algumas cidades aqui do sul parece fazer um trabalho bastante importante, a comunidade reconhece e sabe da sua importância.

E, por fim, a colega colocou que o professor vai ter cinco horas de planejamento. A gente não tem cinco horas, a gente tem um terço, galera, que é a nossa hora-atividade, e até hoje não foi cumprida. O Estado de Santa Catarina não paga um terço de hora-atividade. São 26 aulas, 13... 27, 13 de planejamento ou hora-atividade, enfim, que a gente não tem. Então dizer que a gente vai ter cinco horas de planejamento, isso não é nada, não é, gente, nem condiz com o que a lei exige.

Era isso, gente. Obrigado. (*Palmas.*)

**A SRA. PRESIDENTE (Deputada Estadual Luciane Carminatti)** — Obrigada.

Passo a palavra para o senhor Michel Flor.

**O SR. MICHEL FLOR** — Boa tarde a todos e a todas.

Cumprimento a Deputada Luciane Carminatti, a mesa e cada uma e cada um que está aqui fazendo este debate extremamente interessante e atrasado.

Gostaria de fazer um parêntese dizendo que nós buscamos, há muito tempo, este debate e o governo do Estado sempre dava um jeito de não vir. Inclusive quero registrar aqui que quem assumiu este debate do Ensino Médio, para ver como o governo não quis fazer, foi o Sinte. O Sinte fez seminários por toda Santa Catarina, inclusive assumimos em várias escolas a formação para falar sobre o Novo Ensino Médio, os riscos, as dificuldades e o que estava sendo apresentado. Então vou iniciar dessa maneira, fazendo essa observação.

Eu escutei em vários momentos aqui a palavra “o novo, o novo”, o Novo Ensino Médio com as velhas práticas e políticas da continuidade de Luiz Henrique da Silveira, de Raimundo Colombo e, agora, do Comandante Moisés. Estão falando do Novo Ensino Médio com as velhas escolas caindo aos pedaços, todas elas (*palmas*); falando do “novo” com as velhas políticas de precarização dos trabalhadores em educação e a falta de valorização; estão falando do “novo” e a política continua, pois temos 65% de professores em caráter temporário, em contrato em todo o Estado, e vai diminuir porque não vai ter mais aula com esse Novo Ensino Médio, que de “novo” não tem nada, é uma continuidade.

Eu fiz aqui uma anotação e gostaria muito de ter a esperança de dizer: era isso, é o novo, agora vai! Mas eu gostaria de relembrar: Ensino Médio Inovador, EPI, Ambial, Ebinte, Escola Aberta (*risos da plenária*)... Companheiros e companheiras, é um engodo mais uma vez. E aí a intervenção que eu venho fazer aqui é que todos nós continuemos atentos e que o governo do Estado realmente faça o seu papel de garantir educação pública de qualidade para todos, não com essa metodologia, de uma forma autoritária e sem debate, pois não houve nenhum tipo de debate, muito pelo contrário, o governo do Estado sempre correu do debate. Mandem um abraço para o Natalino, aproveitando que estamos em época de Natal, e digam para ele não esquecer que nós ainda estamos esperando o nosso reajuste e a valorização dos trabalhadores.

Quero registrar aqui também que somos contrários à reforma da Previdência dos servidores públicos do Estado de Santa Catarina. No ano que vem estaremos em luta contra o Ensino Médio com essa metodologia que vocês estão querendo implementar e contra a reforma da Previdência. (*Palmas.*)

(*Oradora não identificada manifesta-se fora do microfone: “Joia”.*)

**A SRA. PRESIDENTE (Deputada Estadual Luciane Carminatti)** — Passo a palavra ao senhor Aldoir José Kraemer, integrante do Sinte/SC.

**O SR. ALDOIR** **JOSÉ KRAEMER** — Também quero registrar o que o Michel falou, que nós estamos há um tempo sem o reajuste. O governo não nos deu o reajuste de 2019; já estamos chegando ao reajuste de 2020 e não tivemos o deste ano, e ainda vamos ter que enfrentar a reforma da Previdência.

Eu queria trazer alguns questionamentos. O que foi apresentado aqui em relação aos componentes curriculares da parte de flexibilização, em alguns apareceu sobre o que se trata; em outros foi dito que a partir de uma consulta que está sendo feita com as comunidades vai-se definir o que realmente vai estar nesses componentes curriculares. Há um prazo para que isso esteja definido, de fato, quais os componentes que estarão ali? Porque nós já estamos encerrando o ano de 2019, outro ano vai começar e essa é uma das grandes queixas das escolas que fizeram a opção, porque eles não têm informações mais concretas.

Como já colocado aqui, foi apresentado em relação ao 1º ano, e aos outros dois anos? Quando isso se tornará público? Quando as escolas vão saber o que será exatamente?

Outra questão é em relação aos itinerários formativos. Está previsto que serão cinco, aqui foram apresentados quatro e relacionados às áreas de conhecimento, e o quinto, que é relacionado à formação profissionalizante e técnica, é algo que vai ficar de fora, não vai ter aqui no nosso Estado? Ou só agora essas 120 escolas não tiveram essa opção, ou nenhuma das 120 fez essa opção Qual é a ideia em relação a isso, porque aqui não apareceu nada em relação a isso? E se for, como isso se dará? Será por meio de parcerias ou as próprias escolas vão ter as condições para oferecer esse itinerário formativo profissionalizante? De que forma isso se dará? Porque aqui nada foi apresentado até o momento.

Obrigado. (*Palmas.*)

**A SRA. PRESIDENTE (Deputada Estadual Luciane Carminatti)** — Nós tivemos dezesseis inscrições e todos se manifestaram. Tínhamos combinado um teto, que era 15h30min e passamos dez minutos. [*Transcrição: Rafael de Souza Milke*]

Passo a palavra agora ao Deputado Federal Pedro Uczai e, depois, à professora Maria Tereza, que representa a Gerência de Educação do Ensino Médio e Profissional, para que responda os questionamentos, e por último ao Vieira.

**O SR. DEPUTADO FEDERAL PEDRO UCZAI (SC)** — Obrigado, Deputada Luciane.

(*Cumprimenta os componentes da mesa e demais presentes.*)

Eu só vim aqui para cumprimentar e parabenizar por este debate que está ocorrendo. Nós estamos vivendo um processo contraditório, e é dentro dessas contradições que nós vamos resistir e nos posicionar. Na reforma da Previdência nós já fomos derrotados, agora eles vão implementar a derrota aqui no Estado.

No que tange à BNCC, nós já fomos derrotados. Lá no [programa] Uma Ponte para o Futuro que nasceu a BNCC, que nasceu a reforma do Ensino Médio, que nasceu a nova concepção de sociedade, de economia, de política, de cultura e de educação. Então, como nós, nas contradições, vamos vivenciar esse processo profundamente contraditório? O Uma Ponte para o Futuro dá uma concepção de sociedade, e eu acho que nós temos que compreender, tanto no Ensino Médio quanto nas outras dimensões, que eu posso sintetizar em trinta segundos no próprio Fundeb... E o que está tencionando no Fundeb? O que está tencionando e vai promover o governo a apresentar uma nova proposta ao Fundeb para deslegitimar a proposta que foi, inclusive neste espaço, promovida pela Luciane e pela Relatora Dorinha... A proposta que nós concordamos, que os trabalhadores concordam com o relatório da Dorinha, compreende dois aspectos: complementação da União para fazer Ensino Médio, Ensino Fundamental e Educação Infantil, porque se não tiver complementação do financiamento, que é o tema aqui, como se vai discutir Ensino Médio?

Eu, atentamente, ouvi tudo, que de sete para R$ 43 bilhões é o mínimo que nós estamos esperando do governo federal para incrementar e complementar o Ensino Médio, até porque se para Santa Catarina não for a partir de 20% − que o governo só quer [dar] 15% −, é 0% para Santa Catarina do Fundeb de complementação da União. Santa Catarina começa a receber a partir dos 20%, e quando chegar aos 40% serão R$ 221 milhões por ano fixo, mais os recursos dos *royalties* do Pré-Sal, do Fundo Social e do ICMS, que complementam mais um pouco. Então, dentro dessa realidade, o papel do financiamento na Educação Básica, e está aí o Ensino Médio...

E aí, tanto o aspecto do Ensino Médio quanto essa concepção que em 120 dias vem em forma de medida provisória. Não só vocês não discutiram, os pais, os professores, os alunos, a sociedade brasileira não discutiu que futuro quer para a educação brasileira, e em 120 dias foi votado o projeto do Ensino Médio. Mas, quando foi emitida a medida provisória, ela já entrou em vigor, porque é lei, não se permitindo qualquer debate democrático em 120 dias. Essa é a primeira observação que eu queria fazer.

Outro ponto é o [programa] Uma Ponte para o Futuro e a Emenda Constitucional nº 95, que restringe também todos os investimentos na educação, e se nós pegarmos o que foi empenhado – eu tenho mais os números do governo federal em 2014 –, a maior parte das rubricas orçamentárias em 2020, que nós estamos votando na próxima semana lá em Brasília, reduz 39%, 50%, 72% na área educacional, nas várias áreas.

Então, esse processo histórico que nós estamos vivendo não só faz as mudanças, e aí que eu queria discutir... Os professores são um problema nessa composição, como lá na qualidade total eu chamava de barreira, o problema é que o professor é barreira. Então tu tens que mudar a legislação para deixar de ser barreira. Onde estão mudando as legislações? Permitir a Educação à Distância tu resolves uma parte do problema do professor, deixa uma parte fora. Tu fazes a desvinculação, tu permites que no Fundeb... e aí a proposta tem vários Prefeitos, lideranças políticas e empresariais e do mundo educacional e das entidades que querem associar o mundo do trabalho ao mundo educacional para domesticar esse processo formativo. Portanto, ele sabe o que quer. Tem o professor e o aluno, aí o professor diz que não sabe, mas eles sabem bem aonde querem chegar, que é parte do dinheiro público canalizado para o privado.

O Prefeito de Porto Alegre defende que ele possa ter uma parte do Fundeb, R$ 500,00 por aluno/ano para botar lá na Escola Marista. Esse é um aspecto que eles estão defendendo, que é transferir para o particular, para o privado o dinheiro do Fundeb. O outro é contratar serviço privado para a escola pública, que é também outro aspecto, que é essa parte da mercantilização, da domesticação dos alunos para esse processo.

Outro ponto é que professor é problema, servidor público é problema, educação é problema, saúde é problema – porque tem o maior número de servidores –, eles vão desvincular e em PEC emergencial podem reduzir a jornada de trabalho em 25% e, consequentemente, também com redução salarial, colocando os inativos e os pensionistas dentro da folha para virar PEC emergencial, mas que não vai ser emergencial, vai ser permanente, porque os Estados não vão ter receita para dizer que vão sair do emergencial. Então, no emergencial vai virar estrutural, e no estrutural tu reduzes a carga horária, e quem é concursado e quem não é concursado tu já sabes o que vai acontecer. Então o professor é problema na implantação desse processo. A própria Educação à Distância é problema para o professor que está lá na escola, porque a Educação à Distância prescinde da presença do professor nas várias áreas do conhecimento e a tecnologia vai dando essa dimensão.

Quero dizer que estou feliz em ouvir as falas de vocês para compreendermos um pouco o chão do cotidiano dos professores. E a representante do governo do Estado vive uma profunda contradição, se vai implementar a BNCC votada e aprovada no Brasil ou não vai; se ela vai na autonomia do Estado, de um ente da Federação, resistir a algumas coisas maléficas e construir com quem deve ser construído e não [ter] o professor como inimigo do governo do Estado, mas ter o professor como parceiro, como companheiro para ajudar a resolver os problemas da educação no Estado, e não a Secretaria da Educação eleger o professor como inimigo, ou o aluno, ou o pai, mas sermos resistência a isso que está acontecendo no País para construir outro momento histórico na Nação. Eu acho que é isso.

Que me desculpe a professora que disse que não acredita mais nos governos, ela saiu e eu não vou tecer mais comentários, mas é uma expressão política de profundo significado, de descrença, de desânimo, e isso tem que ser levado em consideração. Mas sociologicamente compreendendo, ou nós fazemos esse debate, porque são os governos e as políticas que vão transformar numa direção ou noutra... Se a história é um campo de possibilidades, nunca foi tão necessário discutir governo, política, poder e para onde está indo esse poder do Ensino Médio. Todos que produziram a proposta do Ensino Médio sabem onde querem chegar, sabem muito bem onde eles querem chegar! Nós precisamos tencionar, na contradição e no conflito das redes estaduais do País inteiro, resistir ao máximo dentro desse processo e construir experiências novas nessas contradições, nessas brechas, porque eles próprios mudam, mas precisam de uma década para mudar e, às vezes, não conseguem mudar. O MEC e o (*ininteligível*) tentaram trinta anos, muitas escolas resistiram até trinta anos e não mudaram muitas práticas a partir de outras experiências pedagógicas e educacionais.

As camisetas aí ajudam a iluminar formas diferentes de diálogo entre os saberes, não só um saber acumulado, produzido e infiltrado, achando que vão infiltrar na cabeça do professor e do aluno... Sorte nossa que tem sujeito concreto no interior das escolas que resistem, que ressignificam, que reelaboram, tem alunos que são gente, que são sujeito, que reelaboram, que ressignificam aquelas ideias e aqueles valores que eles acham ser dominantes nos trabalhadores e filhos dos trabalhadores que estudam na escola e sabem o que é chão de casa, chão da rua e chão da escola. Essa experiência contraditória é que produz muita esperança e utopia.

Terminando a minha manifestação, quero dizer que nós vamos lutar muito para votar o Fundeb naquilo que sonhamos, pelo menos 30%, para termos a esperança de que tenha financiamento, e aí eles não terão a desculpa de fazer com que a escola pública seja pública e Fundeb público para escola pública. Este é o *slogan*: Fundeb público para escola pública, para professor de escola pública.

Obrigado. (*Palmas.*)

**A SRA. PRESIDENTE (Deputada Estadual Luciane Carminatti)** — Obrigada, Pedro.

Eu quero passar a palavra à professora Maria Tereza Hermes Cobra para que faça as suas considerações e dê as respostas.

**A SRA. MARIA TEREZA HERMES COBRA** — Primeiro, quero dizer que eu escuto com muito respeito todas as questões apresentadas.

Gostaria de dizer que, infelizmente, essas questões não são novas, são antigas e quem vive a educação, independente do lugar onde esteve, essas questões são questões nossas, nossas da sociedade.

Eu quero começar respondendo à professora que precisou sair, de Criciúma, que disse que faria uma provocação perguntando quem eu sou e em qual escola eu estudei ou trabalhei, não é? Eu trabalho há 27 anos para a educação, coordenei pedagogicamente o trabalho da Educação Infantil de uma creche comunitária do Saco dos Limões, Creche Nossa Senhora da Boa Viagem, por um ano e meio; trabalhei pouquinho tempo como professora ACT de Língua Portuguesa e Literatura brasileira no período noturno numa escola, o Colégio Municipal Maria Luiza de Melo, no Kobrasol; e trabalhei 25 anos numa instituição educacional, que não é pública, mas que se relacionava com os filhos dos trabalhadores das indústrias de Santa Catarina. E nessa história eu construí uma base profissional de muito respeito, dialogando sobretudo com os trabalhadores que têm seus filhos na escola pública. São trabalhadores que estão em todo o Estado de Santa Catarina, que recebem salários fixos, limitados e que veem na educação a possibilidade de mudança, de transformação para a sua vida e para a vida dos seus filhos, então estão em escolas públicas, seja no campo da Educação Infantil, do Ensino Fundamental ou do Ensino Médio. Eu sempre me coloquei na educação não pensando em polos opostos, mas pensando na possibilidade de, por meio das escutas e dos diálogos, avançarmos para construir um projeto de educação, de sociedade, um projeto de futuro.

O que eu poderia dizer é que todas as questões são muito legítimas. Eu não conheço as 1.071 escolas públicas do Estado de Santa Catarina, mas não preciso ir a cada uma das escolas para saber que elas têm muitas necessidades que nos últimos anos não foram atendidas, supridas: muitos ginásios com problemas, que estão fechados; escolas que não têm cozinha, que não têm refeitório; laboratórios que estão fechados. E nós olhamos, hoje, para essa realidade com compromisso, junto com toda a equipe − que é constituída de professores da rede que vieram de escolas − que se compromete a desenhar um modelo educacional, que não é novo, né? Quando se estuda Literatura, eu venho da área de Língua Portuguesa, vemos que os movimentos literários também se recriam a partir do velho.

Agora, como olhar para o atual contexto e como desenhar, a partir de uma legislação educacional que está construída, que teve mecanismos de construção, vários olhares para esse processo, mas que orienta os Estados, as Secretarias de Estado a implementarem um novo modelo de educação para o Ensino Médio? Sabemos que o desenho que está hoje constituído não atende, tem muitos jovens que saem do 9º ano e não ingressam na 1ª série do Ensino Médio; sabemos de muitos estudantes que estão no Ensino Médio e não concluem, e muitos que concluem, mas não sabem aquilo que precisariam saber para poder se posicionar com clareza, com criticidade neste mundo que está em construção, que é contraditório e, por isso mesmo, cheio de possibilidades.

Então, diante das questões que vocês nos apresentam no que se refere especificamente ao Novo Ensino Médio, considerando a diferença de currículo e de estrutura em relação ao que está posto, preponderantemente hoje na rede, nós temos efetivamente uma ampliação da jornada de estudo para o jovem que começa com 15 anos, isso quando tem sucesso no seu processo de ensino-aprendizagem, mas ele deveria concluir aos 17 anos e ter ali, desde o Infantil, um percurso que possibilitasse um desenvolvimento integral para que ele pudesse exercer plenamente a sua cidadania, vivenciar os seus direitos, requerer os seus deveres com criticidade, com autonomia, com responsabilidade e um diálogo com o mundo do trabalho, não necessariamente com o mercado de trabalho. É assim que o artigo 5º da Constituição Federal orienta a educação brasileira.

Eu acho que uma questão bem importante e que percebemos que é uma grande preocupação de todos, é com relação ao quinto itinerário. Quero dizer que o quinto itinerário é uma possibilidade dentre os cinco itinerários que estão sendo desenhados, estão sendo desenhados. E daí a importância de termos, mesmo que tardiamente, as audiências públicas para que possamos construir e ouvir exatamente esses desafios, essas demandas, para que esses itinerários produzam sentido para a juventude: para a juventude que está na escola do Ribeirão da Ilha, para a juventude que está numa aldeia indígena, para a juventude que está numa grande cidade, num grande centro ou numa escola rural. Como vamos produzir significados e sentidos para essas juventudes que não são uma única juventude, que não têm um único desenho, que não têm uma única identidade?

Esse é um compromisso e um desafio gigantesco que está se iniciando com um desenho, ele não está finalizado, nós ainda vamos levar à consulta pública os itinerários da formação básica geral no final do mês de janeiro, de fevereiro, para que nas semanas pedagógicas, sobretudo, os professores possam ler, analisar, discutir, enfim, dar as suas contribuições. Sabemos que o tempo não está a nosso favor, e não posso responder pelo passado, mas estamos organizando a partir desse passado essa construção. Então estamos com os itinerários sendo construídos, vamos levar para a consulta pública e mobilizar os educadores. Eu lamento muito quando escutamos vocês dizerem que das 120 escolas em algumas a participação da comunidade na construção dos seus desejos e dos seus anseios nem sempre foi aberta. A orientação recebida era para que efetivamente a escola levasse essa questão para toda a comunidade educativa. E nós vamos continuar defendendo isso, pensando inclusive em como apoiar, acompanhar, assessorar a escola para que efetivamente isso aconteça. [*Transcrição: taquígrafa Almerinda Lemos Thomé / Revisão: taquígrafa Ana Rita Moriconi de Souza*]

Esse é o projeto, que a composição desses componentes curriculares eletivos seja construída a partir, verdadeiramente, das escutas da comunidade educativa.

A Parceria Público-Privada, que é uma questão que está bastante presente. No que se refere ao quinto itinerário, à formação técnico-profissional, a Secretaria de Estado, hoje, tem 23 Cedups e tem 51 escolas Emiep. Se a gente pensar num universo de 713 escolas, Santa Catarina tem 51 escolas que já fazem uma modelagem com uma carga horária um pouquinho diferenciada, o Ensino Médio integrado à Educação Profissional. Isso já é uma realidade. A Secretaria vai caminhar na perspectiva de construir parcerias, e estamos dialogando com o Instituto Federal de Santa Catarina, o IFSC, por exemplo, que tem uma capilaridade grande no Estado para ver possibilidades de parcerias.

Os professores que vão atuar nos componentes curriculares eletivos são professores preferencialmente efetivos, quando não, pelas questões que vocês já conhecem, professores ACTs que serão chamados para trabalhar e sempre com vinculação, com formação daquele componente curricular com a área de conhecimento. Então, para ministrar um curso de Matemática Aplicada, jogos matemáticos de raciocínio, professores que sejam da área da Matemática; para trabalhar com uma língua estrangeira, que sejam habilitados naquela área. Então...

(*Oradora não identificada manifesta-se fora do microfone. Inaudível.*)

O nosso compromisso é com uma educação pública e de qualidade. Então é buscar isso.

Fechamos os olhos para as dificuldades apresentadas? De jeito nenhum. Há um esforço muito grande para que as escolas tenham, efetivamente... Estamos aí com livros de literatura que estão sendo encaminhados para todas as escolas e não apenas para as 120 escolas; uma licitação grande para itens da Educação Física, isso tudo é público; mobiliário; instrumentos para os laboratórios. Então estamos tentando efetivamente compor um acervo mínimo para que os professores possam ter condições diferenciadas de recursos para oferecer uma educação minimamente de qualidade.

Sobre a questão da EaD, nós não discutimos a possibilidade da EaD. Essa foi uma discussão que ao longo deste ano, no que se refere à oferta do novo Ensino Médio, não veio para a agenda da Secretaria de Estado da Educação. A legislação apresenta como uma possibilidade? Apresenta, está ali. A gente lê, vocês leram, estudaram, mas não foi uma possibilidade que até o momento tenha vindo para essa agenda.

A questão do abandono escolar por conta da carga horária ampliada. Essa é uma preocupação grande que temos. A Deputada Luciane Carminatti, no início da sua fala, trouxe uma proposição com relação às bolsas de estudo, pensando numa possibilidade, como um mecanismo de suporte a esse estudante, a essa família para que ele possa efetivamente estar na escola e não tenha que abandoná-la em razão das dificuldades financeiras. Não tenho essa resposta para lhe dar, Deputada, mas está registrado para que possamos levar para as discussões com os gestores, o Secretário, o governo, porque, de fato, precisamos olhar para essa juventude no atual contexto econômico e político. E se uma das premissas do Novo Ensino Médio é uma jornada ampliada desse estudante na escola, é preciso que tenhamos mecanismos a oferecer para que ele fique na escola.

É fato, e um professor de Itajaí mencionou, a gente acompanha os índices de evasão dos estudantes, não por conta da pedagogia e da metodologia, ao contrário, reunimos na semana passada as 31 escolas que há três anos estão implementando o Ensino Médio Integral em Tempo Integral. E voz uníssona dos professores, dos gestores em relação ao projeto educacional, à proposta, ele já permanece em cinquenta aulas, mas muitos abandonam justamente pela dificuldade de permanecerem em tempo integral. Por isso a possibilidade, inclusive, que a gente apresentou, num primeiro momento, de a escola rever a sua matriz para que ela possa atender a condição daquela comunidade, para que esse aluno não veja na obrigatoriedade do tempo integral o estímulo para a evasão.

Não é fácil organizar minimamente uma estrutura, as estruturas que foram aqui apresentadas não foram dispostas sem um mínimo de reflexão, muito pelo contrário, olhando para esses contextos que são diferentes dessas 120 escolas e depois das 713. Mas o nosso grande desafio não é planilhar, é oferecer efetivamente as condições para que essa modelagem possa ser estruturada e possa gerar sentido e significado para todos que trabalharam nesse projeto.

Então, o que eu posso dizer? O Novo Ensino Médio está em construção. Eu lamento o fato de não trazermos aqui o desenho do 2º e do 3º anos. Quando nós reunimos as 120 escolas em novembro, todas elas trouxeram as mesmas ansiedades, os medos e as inseguranças. Mas, neste momento, nós não temos esse desenho da 2ª e da 3ª séries. Eu poderia desenhar, poderia ter feito um desenho e apresentado, mas só vamos apresentar quando tivermos uma visão efetiva depois de discutido com as 120 escolas sobretudo, que iniciarão esse processo agora, dia 6 de fevereiro, 10 de fevereiro.

Transporte escolar, alimentação... são todas questões que estão sendo tratadas, justamente para prover as refeições necessárias para esses estudantes que permanecerão no tempo ampliado; o transporte sendo discutido, renegociado com as Prefeituras para atender essa nova necessidade; o planejamento semanal de 5 horas/aula para todo o professor, que estão vinculadas à matrícula do professor. Quando nós temos um professor que trabalha no EMI e junto com outros programas, serão 5 horas/aula, até porque aqui será o grande momento de estudo dos professores dentro da área e interáreas, e daí o próprio EMI vai poder contribuir e iluminar a prática do Novo Ensino Médio, assim como o Emiti, assim como outros programas, porque são escolas que já têm uma experiência e uma vivência um pouco diferenciada em razão do próprio estudo, do próprio projeto que foi sendo materializado ao longo dos últimos anos. Então, 5 horas/aula de planejamento, na titular (*risos*). Essa expressão é um aprendizado recente.

O que nos move no âmbito da Secretaria de Estado? É a possibilidade de construir com as 120 escolas, sobretudo nesse primeiro ano, um projeto de educação que seja transformador, que gere sentido para os estudantes e para os professores. Foi feito todo um mapeamento com os gestores educacionais da realidade de cada uma das escolas: as escolas que não têm laboratório, as escolas que não têm laboratórios de Química, Física, Biologia, Matemática, as escolas que não têm laboratório de Informática, que não têm um profissional. Estamos trabalhando para prover. Vai acontecer isso no dia 1º de fevereiro, os processos licitatórios são todos muito longos, o que a gente pode dizer é que existe um compromisso efetivo dessa gestão, toda essa equipe que está aqui, para que essas questões possam avançar. Porque não é fácil, Deputada, estar neste lugar (*risos*).

Mas acolher, escutar com respeito, com empatia as questões que cada um trouxe e que expressa o pensamento dos professores, o pensamento da rede, é um movimento autêntico, no sentido de que a partir do diálogo e da escuta possamos ir construindo as possibilidades para que os nossos estudantes, crianças, jovens, adultos, possam por meio de toda essa educação construir esperanças, como dizia Paulo Freire, construir um mundo diferenciado com expressões autênticas. Esse é o nosso compromisso.

Agradeço. (*Palmas.*)

**A SRA. PRESIDENTE (Deputada Estadual Luciane Carminatti)** — Obrigada, professora Maria Tereza.

Depois eu quero fechar com vocês, porque eu tenho propostas de encaminhamentos.

Passo a palavra para o senhor Luiz Carlos Vieira, para as suas considerações finais.

**O SR. LUIZ CARLOS VIEIRA** — Bem, eu não vou me alongar aqui, já que passamos do tempo, mas eu preciso falar algumas coisas e talvez até em tom de desabafo.

Eu não sou assim tão otimista com relação a essa questão da reforma do Ensino Médio. Eu não tenho esse mesmo otimismo que foi apresentado aqui pela Secretaria da Educação e penso que a maioria dos trabalhadores da educação deste País não tem, tanto é verdade que a grande maioria dos Estados não vai implementar em grande parte o que está colocado aqui pela lei, porque nós conhecemos quais são os efeitos colaterais da reforma e sabemos qual é o resultado, pelo menos cientificamente.

Então, quando não levamos em consideração toda a educação, nós sabemos que um dos efeitos é a municipalização, é a terceirização, é a demissão, é o rebaixamento dos profissionais, dos professores. Mas diante desse projeto complexo e da gravidade com que ele trata a sociedade brasileira em conjunto com as demais reformas propostas no campo econômico, como aqui já foi dito, e não anda sozinho, ele não tem outro nome a não ser pautar a exclusão e a subserviência da sociedade ao interesse econômico, principalmente da juventude e da juventude pobre, daqueles que têm menos oportunidades educacionais.

Não tenho dúvida que nós estamos criando com essa lei no Brasil e em Santa Catarina, mais do que já temos, uma escola para ricos e uma escola para os pobres; uma escola para a classe *x* e *y;* uma escola que vai beneficiar, sim, apenas os setores produtivos, porque são eles que estão pautando os currículos escolares, a gente vê isso na BNCC, especialmente na parte flexível, e nós não temos outra saída a não ser combater essa questão e essa reforma.

Por isso que nós, enquanto trabalhadores da educação e organizados na nossa Confederação, fizemos, sim, intervenção; não que nós tenhamos fé ou crença nos processos judiciais, mas nós entramos na Justiça. Ainda tramita no STF uma ação direta de inconstitucionalidade, da qual também somos parte, estamos discutindo a MP 746 e, também, em consequência dela, a própria Lei 13.415. Então essa é uma das discussões na qual há essa fragilidade jurídica nesse projeto, essa inconsistência que não está descartada totalmente.

Com relação ao debate com a comunidade, aqui expressado pelos professores, nós temos que cobrar, sim, dos gestores públicos para que nós possamos evitar isso que a professora colocou ali ao microfone sobre a questão do debate. Mas o debate não é só na audiência pública, na discussão dos itinerários, mas é, sim, no debate permanente da comunidade escolar. Penso que isso é um passo para que nós, trabalhadores da educação, possamos discutir com a comunidade escolar, com os gestores a educação que nós queremos.

Além disso, nós consideramos e apregoamos que somos imprescindíveis para a comunidade escolar enquanto trabalhadores em educação, porque nós precisamos, sim, desses trabalhadores e que eles tenham a garantia da contratação como profissionais da educação, que sejam valorizados na sua formação, que sejam assegurados os seus planos de carreira, inclusive todos os seus direitos que aqui já mencionamos com relação a reajuste, plano e garantia até da sua aposentadoria, que nos está sendo negada através desses projetos que estão colocados aí.

Precisamos também discutir a garantia financeira, e por isso que estamos discutindo o Fundeb, por isso que queremos discutir os recursos financeiros e materiais para a construção democrática de uma educação e dos currículos que nós queremos. E isso não basta, isso tem que estar alocado de acordo com os próprios projetos políticos pedagógicos das escolas que, muitas vezes, são empurrados de cima para baixo e também não são discutidos com os trabalhadores. Então, é necessário que a gente também faça essa relação.

Além disso, nós precisamos – pois não temos acesso, infelizmente, enquanto sindicato – do mapeamento das matrículas escolares e da evasão escolar que ocorreu ou que ocorre nessas 31 escolas que hoje já funcionam, que são as escolas em tempo integral, para que nós possamos também ter um parâmetro. Nós ouvimos alguns relatos e esses relatos para nós são negativos, e é a partir desses relatos que nós afirmamos e argumentamos, mas nós queremos também ter direito ao contraditório. Por isso é necessário que tenhamos esses números desse mapeamento para que nós possamos rediscutir o que impede esse processo e o que nos ajuda nesse processo. E nós não precisamos e não temos a necessidade de sermos apressados, porque todo esse processo está enrolado, já que nem a Secretaria da Educação tem essa questão financeira e muito menos o desdobramento pedagógico estrutural de todo o processo.

Em outubro eu conversava com a Secretaria da Educação e eles disseram – eu não lembro se era a professora que estava lá, eu acho que era outra, até esqueci o nome – que também não sabiam, que estavam indo a Brasília para discutir isso, porque também não tinham. Então nós precisamos, sim, assumir essa contrapartida e ter essa responsabilidade.

Além disso, sem dúvida nenhuma, e para mais do que isso, nós precisamos, enquanto trabalhadores da educação, nos inteirar ainda mais, estar em todas as frentes para impedirmos a privatização e a mercantilização da educação. Nós precisamos debater isso em todos os espaços públicos para que esse mecanismo não seja utilizado, para que nós possamos garantir que esse investimento público que vem do financiamento não apenas para o Ensino Médio, mas para toda educação, seja para a escola pública, a fim de não comprometer a qualidade da educação que sabemos somos capazes de fazer às futuras gerações, não só na Educação Básica, mas também para o nível superior, porque nós queremos que a população também tenha acesso ao ensino superior.

Essa é a nossa luta e o nosso compromisso enquanto trabalhadores e trabalhadoras na educação. (*Palmas.*)

**A SRA. PRESIDENTE (Deputada Estadual Luciane Carminatti)** — Obrigada. Vieira.

Eu vou fazer uma breve reflexão e os encaminhamentos. Mas eu quero dizer que tem alguns discursos que me cansam demais, demais, demais. E um deles, e aqui tem muitos professores de História, eu quero dizer: por favor, não vamos olhar para a história como uma escada linear. O que eu quero dizer com isso? Gente, eu estou na educação há trinta anos e tem coisas que melhoraram na educação. Melhoraram. A gente precisa entender o processo dialeticamente. Quando eu entrei na educação, pegávamos merenda doada de um frigorífico, eles doavam “pertence” [parte do frango], que os homens chamavam de raio-X de galinha. Essa era a merenda dos nossos alunos.

Eu estou trazendo esse elemento aqui para dizer que se a gente não cuidar, dá a impressão... aquela fala da professora Janetinha é para acabar! É para acabar, gente! É para dizer o seguinte: vamos desistir de tudo porque nada muda. Não é verdade! Não é verdade! Nós não podemos desistir, porque enquanto nós desistirmos outros não desistem. Vocês acham que tem gente aqui dentro da Assembleia que está com essa fala de desistir? Ao contrário, está com fala de nos derrotar o dia todo, 24 horas. E a gente está aqui teimando, lutando, sofrendo, às vezes sozinha, mas a gente não desiste.

Então eu não aceito essa fala, essa fala é a-histórica, ela é uma fala que não nos ajuda enquanto classe de trabalhadores, enquanto professores. Quando eu comecei a dar aula, meus colegas eram todos do Magistério, todos. Hoje, só tem graduado. Isso é bom para a educação ou é ruim? É bom para a educação. Quando eu entrei aqui na Assembleia, não tinha piso da categoria. Foi uma lei do presidente Lula, que não tem faculdade, que criou a Lei do Piso, que este Estado não reconheceu. Aí nós entramos na Justiça e foi no STF, depois de uma greve de 62 dias, que nós arrancamos o piso. Infelizmente o piso virou teto, mas tem piso, e não tinha piso.

Então desculpem-me, mas essa fala de derrotismo não é Paulo Freire! A gente bota a camiseta do Paulo Freire e arrota discurso fatalista. Então tiremos a camiseta de Paulo Freire, porque Paulo Freire é esperança; Paulo Freire diz que vamos nos juntar, vamos transformar, e a educação é uma ferramenta para a transformação.

A primeira reflexão que eu queria fazer era essa: eu não me considero uma derrotada na educação! Eu não me considero. Agora, tem muitas contradições, tem professor que ajudou a eleger o Bolsonaro, que tira dinheiro da educação, que tira dinheiro do pré-sal e vem fazer discurso de valorizar o professor e colocar dinheiro na educação. Então nós também temos que fazer esse debate. (*Palmas.*) Poxa vida! Se não nós vamos reproduzir a ideia de que uma coisa é educação, outra coisa é partido. Porcaria nenhuma! Na hora *h* os partidos dizem de que lado estão, sim, dizem de que lado eles estão.

Então eu quero retomar esse debate primeiro.

Em segundo, eu quero que a gente discuta com mais força o tema da gestão democrática da educação. É muito pouco fazer banco e eleger diretor; para mim, isso é quase nada. Na semana passada – o Vieira estava comigo –, eu, Deputada, fui barrada numa escola estadual. Eu olhei para a diretora e, por Deus, eu ia bater naquela mulher! Eu ia bater nela. Eu olhei para ela e disse assim: eu vou entrar, sim, nessa escola e não vai ser você que vai me impedir, porque essa escola é pública e eu sou Deputada para fiscalizar essa escola. Daí eu peguei o telefone, porque ela estava achando que eu estava mentindo, e liguei para o Secretário que só faltou se ajoelhar no telefone para mim. Eu disse: “Poxa vida, que orientação que vocês dão para essas diretoras, porque tem que pedir autorização para entrar na escola? Se acontece isso comigo que sou Deputada, eu fico imaginando com um dirigente sindical. (*Palmas.*) Não entra, não entra!

Eu quero dizer o seguinte: está na hora de parar de olhar para o sindicato como o inimigo. Vamos parar com isso, pois sindicato representa a categoria e tem todo o direito de entrar na escola, sim. E se ele fizer alguma coisa que não deve, vai ser punido, vai responder! Está aí a Justiça! Não tem essa. Então vamos crescer. Eu quero ter uma conversa com o Secretário sobre isso. Nós temos que crescer de forma civilizada num Estado democrático de direito e, portanto, eu não quero escola fechada, eu não quero trancada, eu quero aberta. “Ah, Deputada, entra qualquer um.” Por que não pode entrar qualquer um? Por quê? O mendigo não pode entrar? Nós vamos fazer como os *shoppings centers*? O meu filho estava de chinelo Havaianas e ela estragou – eu senti na pele, e olha que eu sou Deputada –, aí eu a joguei no lixo. Gente, eu estava aqui e a loja de chinelos Havaianas era ali, mas não consegui chegar até ela, porque já veio uma vigia dizer que era proibido andar de pé descalço em *shopping center*. Naquela hora me subiu o sangue. Eu disse: “É por isso que eu não enxergo mendigos no *shopping center*.” Está aí uma forma de barrá-los. Eu ia comprar o chinelo, ia comprar. Ela não perguntou por que ele estava de pé descalço, sequer perguntou. Agora vocês imaginem uma pessoa pobre. E a escola vai fazer a mesma coisa que um *shopping center*? Vai impedir as pessoas de entrarem, que são o sentido de ter uma escola?

Então eu acho que a gente tem muita coisa a avançar. E eu falei de gestão democrática, porque nós temos um capítulo da sobre a gestão democrática no Plano Estadual de Educação, que é lei, gente, nós temos que ter isso aqui na mão. Isso aqui é ferramenta, é instrumento de defesa também, não só de ataque.

(*Passa a ler.*)

“18.8. Garantir a participação efetiva da comunidade escolar e local na formulação e acompanhamento dos projetos políticos-pedagógicos, currículos escolares, plano de gestão escolar e regimentos escolares, possibilitando as condições objetivas necessárias à operacionalização desta participação.”

Está aqui e vamos usar isso para dizer: não vou pedir licença, vou entrar aqui, sim, e vou discutir esse negócio que está sendo discutido.

Então eu quero fazer primeiro essa reflexão para dizer que nós temos muito o que construir, mas temos que parar com esse discurso desagregador, desanimador e desmotivante, bem como também precisamos ter claro que a grande disputa hoje na sociedade não é se no Ensino Médio vai ter uma horinha de aula a mais para eu me salvar.

Esta semana eu fiz uma *live* sobre a reforma da Previdência e a minha tristeza foi que todos os professores entravam para calcular se ele estava salvo na reforma. Até que um “*illuminatis*” entrou, um professor, e disse assim: “Gente, parem de querer se salvar individualmente, está todo mundo ferrado. Vamos olhar enquanto classe”. E, aí, eu peguei aquela fala e fiz um baita de um debate, porque o professor, às vezes, pensa assim: vai faltar uma aulinha para mim, eu vou ser demitido, eu vou ser não sei o quê.

Essa reforma, junto com todas as que estão em curso, estão a serviço do mercado. A primeira síntese é essa. Nós estamos disputando com a iniciativa privada e com as Forças Armadas. Com a iniciativa privada... Aqui no sul do Estado já tem um Município que conseguiu atender todas as vagas de creche como o Plano prevê: 50% de 0 a 3 anos e 100% de 4 anos a 6 anos. Sabe o que o Prefeito fez? Ele comprou vaga nas creches particulares. Não tem concurso... fez isso, comprou vaga.

O debate central hoje no qual temos que nos situar é que lá no Congresso Nacional tem 503 Deputados Federais e 81 Senadores dos quais mais de dois terços estão a serviço do mercado. A reforma vem nesse contexto, a serviço do mercado. Então, se nós dissermos que vamos desistir, o mercado diz: que bom, ótimo que vocês desistam, porque nós não desistimos.

É como eu falo na política para quem não quer votar: parabéns, minha querida, você vai ser governada por quem quer escolher e, talvez, o interesse dessa pessoa não seja o mesmo que o teu. Então nós não temos saída, temos que nos envolver coletivamente, fechar o pau quando tem que fechar, temos que ter coragem de levantar a voz, de levantar o dedo e dizer: “Você está mentindo.”, “Eu não concordo.” A gente precisa dizer, se organizar e participar.

Quero aqui agradecer as seis pessoas da SED que estão aqui, porque vocês poderiam não ter vindo, não é verdade, pessoal? E vieram! (*Palmas.*)

 Maria Tereza, tu dizes que é muito difícil estar aqui. Eu já fui Secretária da Educação e não sei se era mais difícil ser Secretária da Educação naquela época em que não tinha Fundeb, não tinha piso, não tinha nada, não tinha a universalização da educação, do que hoje eu estar aqui com alguns Deputados que odeiam professor, odeiam artista, odeiam ciência e só ficam na opinião e no massacre. Eu não sei o que é mais duro, o que é mais difícil; eu não sei se é mais difícil onde nós estamos ou onde os professores estão, todo dia enxergando a miséria entrar na escola, não tendo as condições reais para fazer um bom trabalho e sendo cobrados por isso; eu não sei quem está no pior lugar ou no mais difícil. Eu acho que nós estamos em diferentes lugares com muita responsabilidade, todos nós com responsabilidades diferentes.

Então eu quero pedir para que não fechem as portas da SED. Eu quero continuar discutindo sobre o financiamento, pois eu estou muito preocupada com o financiamento da educação em Santa Catarina. Hoje eu relatei para os professores, vocês, na Secretaria da Educação, precisam fazer o debate com o Secretário sobre os recursos para as escolas militares. Nós não só estamos perdendo o lugar do professor, como também perdendo o lugar do financiamento, porque as escolas militares vão ter cinco vezes mais recursos do que as escolas públicas e estaduais. Isso é gravíssimo. São quatro militares e vão ter o equivalente a um custo aluno/ano de R$ 25 mil *per capita*, enquanto as da rede pública estadual R$ 4,7 mil – nessas que vocês vão implantar o Novo Ensino Médio. São R$ 4,7 mil e na militar R$ 25 mil. Não dá!

(*Manifestação fora do microfone ininteligível.*)

Está no Orçamento deste ano.

Então eu não quero deixar de colocar o dedo onde tem que pôr. Nós temos problema nesse financiamento, nesse direcionamento.

Nós queremos continuar discutindo os itinerários formativos. Eu não vou aceitar, eu vou brigar, se numa escola... E aí eu quero dizer, a grande maioria dos Municípios catarinenses é de pequeno porte, não é de médio nem de grande, o que significa que tem uma ou duas escolas. Se tem uma ou duas, porque pode ser uma no interior, eu quero ver esses alunos fazerem uma coisa que não querem. E aí? Eu estou falando aqui de formação integral e desenvolvimento humano integral. Eu não estou falando de um sujeito que vai optar por uma graduação, porque daí, sim, escolhe o que quer. Eu estou falando de uma etapa da formação desse sujeito que eu estou tirando. Isso eu não vou aceitar, eu não vou aceitar! E a gente tem que brigar por isso, não é por uma aulinha ou outra aulinha; a gente tem que brigar para o aluno ter direito a sua formação integral, porque se brigarmos por uma aulinha... Sabem o que aqui dentro os Deputados dizem? Eles dizem que eu sou muito corporativa, que eu defendo só a minha categoria. E não é esse o debate. Se vocês defenderem as aulinhas, vai ficar que é uma luta  corporativa. Não! Eu sei que por trás dessas falas está uma concepção de educação. Então a gente tem que falar mais dessa necessidade da formação do aluno, a formação integral, que é fundamental.

Terminando a minha fala, quero dizer que não vejo nenhuma saída, de verdade, para enfrentarmos a evasão se não tiver bolsa para os alunos. Eu não vou me iludir nisso. Amplia a carga horária e põe aluno trabalhador dentro. Cara, o cara tem que comer, tem que viver, tem que andar, tem que ajudar a família.

(*Manifestação fora do microfone ininteligível.*)

Nós colocamos um orçamento bem pequeno. Vejam bem, R$ 2 milhões apenas. Eu fiz a conta, com R$ 2 milhões dá para ter uma bolsa para os alunos carentes tranquilamente. E sabem como poderíamos fazer, olhem que coisa legal? Poderíamos pegar esses alunos do Ensino Médio, do Novo Ensino Médio (*risos*) – estou com dificuldades de usar a palavra “novo”, porque eu já tenho um pouco de ojeriza com tudo que é novo, né? Eu sou meio velha na política, então parece que eu sou ultrapassada, mas eu escuto alguns discursos aqui tão velhos e de gente tão nova, que hoje eu relativizo muito o que é novo e velho... Mas eu quero dizer que esses alunos, que poderiam ganhar uma bolsa... Pensem uma escola, quero que a gente mentalize uma escola com vinte alunos com bolsa de estudo, um fazendo arte, outro dança na escola, memória, pesquisa, produção na comunidade. Gente, eu me arrepio com isso. Quanta riqueza dá para a gente fazer! É como se fosse um Pibid do Ensino Médio. Dá para imaginar isso? Isso transforma essa escola, esses alunos podem virar um monte de coisas na escola, um monte de liderança, de artista, de historiador.

Então eu acho que está faltando criatividade também na gestão pública, muita criatividade, porque R$ 2 milhões não iam fazer nenhuma diferença para a SED, nós temos quanto aí do Fundeb, não é? Eu quero pedir aqui, por favor, preocupem-se com a evasão. O que os professores falaram aqui é bem verdade. Se vocês não se preocuparem com a evasão, vai ter um novo para poucos. Aí o nosso problema vai ser grave, pois não vamos conseguir universalizar nunca essa meta, nós vamos baixá-la de 75 que é hoje para 50, 40. Então tem que encarar o problema da evasão como um problema estratégico.

Quanto à questão das empresas, eu quero também pedir um compromisso de vocês, de todos nós aqui: nós temos que lutar para que o dinheiro público seja para o público e com o público. As empresas têm outro foco, outro olhar e visam lucro. Não tem combinação isso, não tem, ou é uma ou é outra.

Então a gente precisa muito que vocês levem isso para o Secretário, e onde houver parcerias, que sejam parcerias públicas e não privadas. Públicas, do público para o público, sejam parcerias de uma escola com outra, de um instituto federal com o estadual... Isso que é parceria, dinheiro público com dinheiro público, todos vão ganhar, desde que seja com esse enfoque. Quero reforçar isso.

Quero terminar a minha fala dizendo a vocês todos: muito obrigada. Nós vamos continuar essa luta, em fevereiro estaremos aqui de novo discutindo tudo o que ficou pendente, porque desta audiência vai sair uma ata, eu vou olhar para isso e a gente vai continuar essa luta. Que a gente consiga sair daqui hoje não desesperançosos, mas com esperança. Eu não teria esperança se não tivesse professor (*emociona-se*).

Muito obrigada, um abraço e nada mais havendo a tratar, encerramos esta audiência pública. (*Palmas.*) [*Transcrição: taquígrafa Maria Aparecida Orsi / Revisão: taquígrafa Sibelli D’Agostini / Leitura final: taquígrafa Siomara Gonçalves Videira*]

**DEPUTADA ESTADUAL LUCIANE CARMINATTI**

**PRESIDENTE**